

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

O REGIONALISMO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL
BRASILEIRA EM CAIO PRADO JÚNIOR

SARA CRISTINA PASTRO STEVANI

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Rio Claro (SP)

2011

SARA CRISTINA PASTRO STEVANI

O REGIONALISMO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL
BRASILEIRA EM CAIO PRADO JÚNIOR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Rio Claro, ____ de _____ de _____

“Aos maiores responsáveis por essa conquista, meu pai e minha mãe”.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de dissertação de uma pesquisa é, por sua natureza, uma atividade solitária. No entanto, seu desenvolvimento vai revelando forças e apoios imprescindíveis à sua concretização cujo reconhecimento leva-me a agradecer em especial:

Ao Professor e amigo Paulo R. T. de Godoy, não apenas pela oportunidade e orientação, mas também pela confiança e paciência ao longo desses três anos.

Aos Professores dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia. Em especial, agradeço aos professores Bernadete e Fadel, membros da banca de qualificação, pelas riquíssimas contribuições.

Às funcionárias da biblioteca, Mônica e Meire, pelos valiosos auxílios e grande amizade.

Aos amigos Marta, Vivian, Eliane, Carol, Gessika, Fernanda, Alberto, entre tantos outros, que marcaram o período de graduação por afetuosas lembranças.

Aos meus amigos da escola Eulália Malta, em especial à Celma, Cida, Sylvania, Luciana, Isaías e Francisco, pelos bons momentos de descontração.

Às minhas eternas amigas Denise e Érica pela confiança, apoio e companheirismo em todos os momentos.

Ao meu querido cunhado Vani Jr. pelo constante incentivo e aos meus lindos sobrinhos, Brunno e Pedro, pelos alegres momentos de descontração.

Às minhas queridas e amadas irmãs, Sandra e Sonale, pela grande contribuição para minha formação, não somente intelectual, mas pessoal. Obrigada pelas críticas, pelas sugestões e pelo grande apoio emocional. A vida é muito mais fácil com vocês por perto!!!

Ao meu grande amor, Paulo, que, com muita paciência e compreensão, ajudou-me a superar as crises pessoais que permearam a realização desse trabalho. Obrigada pelas doces palavras e pelo carinho.

Aos meus amados pais, Valdir e Lurdes, cujo apoio emocional, financeiro e o grande amor deram-me a segurança e a possibilidade de chegar até aqui. Amo vocês!

E, especialmente, agradeço a Deus pela vida e pela oportunidade de conhecer todas essas pessoas!

"Em política os remédios brandos agravam frequentes vezes os males e os tornam incuráveis." (Marquês de Maricá)

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma análise que se inclinou sobre um viés ainda pouco estudado da obra de Caio Prado Júnior: o aspecto regional na formação do território brasileiro. Buscou-se, para tanto, identificar na interpretação dada pelo Autor, a gênese das políticas baseadas na prática de mando e nas relações coronelistas. Paralelamente, considerando-se as dimensões econômicas da obra de Caio, refletiu-se sobre o desenvolvimento desigual e combinado que marcou a formação territorial do Brasil e que resultou na grande desigualdade das regiões que compõem o território nacional. Para tanto, analisou-se os livros *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954), *História Econômica do Brasil* (1979), *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império* (2007) e *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia* (2008). Por fim, buscou-se estabelecer uma correspondência entre o regionalismo que caracteriza a atual governabilidade brasileira e as disparidades regionais.

Palavras-chave: Território. Regionalismo. Mandonismo. Desenvolvimento Desigual e Combinado.

ABSTRACT

This subject intended to show the results of the analysis that based on a bias still little studied about the work of Caio Prado Júnior: the regional aspect in the formation of the Brazilian territory. It was found that identify in the interpretation given by the author, the genesis of the policies based on practice in the relations of the power and the coronelistas relations.

At the same time, considering the economic parameters Caio's, we thought about on the combined and uneven development that marked the territorial formation of Brazil. It showed a great difference great of the regions forming the national territory. For this purpose, we analyzed the books: *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954), *História Econômica do Brasil* (1979), *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império* (2007) e *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia* (2008).

Finally, we sought to establish a correspondence between the regionalism that characterizes the current Brazilian government and differences regional.

Key-words: Territory. Regionalism. Relations of power. Combined and Uneven Development.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2.TERRITÓRIO E REGIONALISMO – UMA QUESTÃO CONCEITUAL METODOLÓGICA	12
2.1 O conceito de Território na Ciência Geográfica.....	12
2.2 Do mandonismo ao regionalismo	16
3. CAIO PRADO JÚNIOR: UMA ÉPOCA, UMA HISTÓRIA, UMA OBRA.....	25
3.1 Caio Prado Júnior em contexto.....	25
3.2 A produção intelectual de Caio Prado Júnior.....	33
3.3 A interpretação da História do Brasil em Caio Prado Júnior.....	34
3.4 A contribuição de Caio Prado Júnior à Geografia Brasileira.....	38
4. A GÊNESE DA ESTRUTURA REGIONALISTA NA SOCIEDADE BRASILEIRA – DO PERÍODO COLONIAL AO REPUBLICANO.....	41
4.1 A organização da sociedade no Período Colonial – aspectos políticos e desdobramentos sociais.....	42
4.2 O período monárquico e a efetivação da figura do coronel na sociedade brasileira.....	56
4.3 A República e a efetivação do poder regional.....	68
5. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO NA OBRA DE CAIO PRADO JÚNIOR.....	73
5.1 As atividades econômicas e o desenvolvimento desigual e combinado do território brasileiro.....	76
5.1.1 A Agricultura.....	77
5.1.2 A Grande Lavoura.....	78
5.1.3 As Atividades de Subsistências.....	82
5.1.4 O Extrativismo.....	85
5.1.5 A estrutura agrária e as atividades econômicas do século XIX.....	89
5.1.6 A atividade industrial.....	92
5.1.7 O comércio e as relações econômicas internacionais.....	94
5.1.8 Deslocamento interno no Brasil.....	98
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	105

1. INTRODUÇÃO

A atual organização das instituições políticas brasileiras é reconhecida como um massivo “cabide de emprego”, em que cada ministro, deputado, senador ou vereador emprega centenas de pessoas com base nos seus contatos pessoais. Essas práticas de “apadrinhamentos”, no entanto, não se restringem às cátedras administrativas. Os cargos políticos de “confiança” são utilizados por prefeitos, governadores e presidentes como instrumentos de barganha diante da dificuldade em governar um território com grupos distintos, cujos interesses particulares são colocados acima dos interesses nacionais.

Essas práticas políticas, no entanto, não são modernas. Sua origem se dá junto à formação do Brasil. Desde o período colonial, tais exercícios permearam as relações sociais e políticas do país e tiveram uma influência significativa na composição de um território marcado por diferentes níveis de desenvolvimento.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por pretensão analisar as obras de Caio Prado Jr., que permitam compreender a origem dessas práticas ao longo da História do país e seus desdobramentos sobre a formação territorial do Brasil. Para tanto, serão utilizados os livros: *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954), *História Econômica do Brasil* (1979), *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império* (2007) e *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia* (2008).

Cabe, no entanto, destacar que a presente dissertação irá se remeter apenas aos aspectos mais relevantes da obra do autor para o desenvolvimento do tema proposto, não se detendo, portanto, a pormenores da história brasileira, uma vez que isso já foi realizado por muitos e renomados intelectuais – inclusive pelo próprio Caio Prado Júnior.

Caio, ao apresentar o sentido da colonização, evidenciou o processo cumulativo que levou à formação territorial brasileira, expondo a lógica societária que norteou a composição política e social do País. Nesse sentido, a dissertação demonstra que, ao contrário do que muitos intelectuais acreditam, a obra de Caio

Prado Jr. contribuiu para a compreensão da formação social e política do Brasil, não se restringindo, portanto, aos aspectos econômicos.

As bases econômicas e materiais presentes na interpretação caiopradiana, sobretudo, consentiram uma análise do modelo de desenvolvimento desigual e combinado que marcou o Brasil desde o período colonial e que originou as disparidades espaciais. Esses aspectos da obra de Prado Jr. possibilitaram, portanto, atingir o objetivo da dissertação – a saber – identificar, a partir das obras de Caio Prado Jr., as forças regionais que orientaram a formação territorial do Brasil.

Cabe reiterar, no entanto, que a obra de Prado Jr. apresenta alguns entraves quanto aos períodos analisados, uma vez que a proposta da dissertação delimitou como escala temporal a etapa que se estende da Colônia à Primeira República. Nesse sentido, o autor desenvolveu de maneira bastante eficiente uma ampla análise sobre o momento colonial brasileiro. Mas, quanto à Monarquia e à República, infelizmente, o estudo ficou mais restrito, chegando a ser superficial na abordagem de alguns temas.

Em virtude dessa lacuna deixada por Caio Prado Jr., buscou-se em outros autores como Antônio Carlos Robert Moraes, Victor Nunes Leal, Iná Elias de Castro, Sérgio Buarque de Holanda entre outros, o amparo bibliográfico necessário para cumprir a pesquisa proposta.

Por fim, partindo da concepção de que “território” é o resultado de um processo histórico, pensado e projetado por atores sociais específicos, este trabalho, além de analisar a evolução histórica das práticas políticas regionais, pretendeu estabelecer um paralelo com o desenvolvimento desigual e combinado do território brasileiro proposto por Caio.

Assim, no primeiro capítulo foram tratadas questões teóricas sobre território e sobre a evolução das práticas de mando, passando pelo clientelismo, paternalismo, coronelismo e regionalismo.

No segundo, foi apresentado um breve histórico da vida e da obra de Caio Prado Júnior. Nesse momento, buscou-se expor a importância do intelectual à política, à Historiografia e à Geografia brasileiras.

No terceiro capítulo, foi dada maior evidência à formação social e política do Brasil, tendo como enfoque principal a origem e a evolução das práticas de mando do período colonial ao primeiro momento republicano. Cabe ressaltar que nesse tópico as obras caiopradianas norteadoras foram: *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954), *História Econômica do Brasil* (1979), *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império* (2007) e *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia* (2008).

O quarto e último capítulo tratou, com base principalmente no livro *História Econômica do Brasil* (1979), dos aspectos econômicos e materiais da História do Brasil. Nele buscou-se apreender os atributos proeminentes do modelo de desenvolvimento desigual e combinado que originou um território marcado por profundas disparidades regionais.

Em suma, a presente dissertação pretendeu elaborar uma análise da obra caiopradiana que evidenciasse a importância do intelectual para a Geografia e, acima de tudo, colaborasse para o conhecimento acerca das relações políticas regionais que influenciaram na formação territorial do Brasil.

2. TERRITÓRIO E REGIONALISMO – UMA QUESTÃO CONCEITUAL METODOLÓGICA

2.1 O conceito de Território na Ciência Geográfica

O conceito de Território é comumente associado ao “território nacional” ou a um “Estado”. No entanto, Souza adverte quanto à importância de não reduzir esse conceito à escala nacional ou à figura do Estado, uma vez que os territórios são construídos e desconstruídos em diferentes escalas espaciais e temporais. Souza, contudo, reconhece que essa associação é derivada do comprometimento entre os Estados e/ou Impérios com as Ciências – principalmente a Ciência Política e a Geografia – as quais foram incumbidas de desenvolver discursos legitimadores de seu poder. (SOUZA, 2007).

O conceito de território teve como primeiro grande estudioso, o alemão Friedrich Ratzel. Em sua obra *Politische Geographie*, Ratzel atribuiu ao conceito uma conotação essencialmente política e o vinculou à história, à tradição e à ideologia. (SOUZA, 2007).

O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo (Boden) imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através de interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir. (RATZEL apud CASTRO, GOMES & CÔRREA, 2007. p.85).

A Geografia de Ratzel esteve fortemente engajada ao projeto imperialista alemão que, através da Ciência Geográfica ratzeriana, buscou justificar o expansionismo territorial como algo natural e inevitável às nações que “progridem”, como foi o caso da Alemanha.

Souza reconhece que o conceito de território, principalmente a partir da tradicional Geografia Política, foi definido como um espaço concreto em si, apropriado por um grupo social que criaria uma identidade sócio-cultural. Nesse

sentido, o território pode ser compreendido tanto em escala nacional quanto regional. Essa definição, segundo o autor, foi, muitas vezes, associada aos discursos ideológicos e políticos. (SOUZA, 2007).

(...) esse tipo de território sempre foi associado, no âmbito de um discurso evidentemente ideológico, em primeiro lugar ao recorte do “território nacional”, ou seja, do Estado-Nação. Outro recorte importante foi, muitas vezes, a “região”, entidade espacial algo mistificada pela Geografia Regional lablacheana no interior de um discurso ideológico que via o “território nacional” como um mosaico orgânico de “regiões” singulares. (SOUZA, 2007. p.84).

Com a emergência da Escola Possibilista Francesa, o conceito de Território foi suprimido e, tendo como base a Geografia Regional, os estudos geográficos desse período adotaram escalas regionais de análise, com visões parciais do território.

Foi somente a partir da década de 60 do século passado, frente aos movimentos de renovação do pensamento geográfico, que o conceito de Território foi retomado. Com a orientação metodológica marxista, o Território passa, então, a ser qualificado pelo seu uso social: “*O que faz com que uma região da Terra seja um território de caça, é o fato das tribos caçarem nela.*” (MARX, K.¹ apud MORAES, 2000. p.20.).

Em 1980, em *Por uma Geografia do Poder*, Claude Raffestin classificou o território como uma formação derivada da apropriação do espaço pelo homem.

(...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993. p.144).

A atual antropologia também recuperou o conceito de território ao defini-lo como um espaço de referência cultural, qualificado pelo significado a ele atribuído por seu respectivo grupo social. (MORAES, 2000).

Nesse sentido Souza afirmou:

¹ K. Marx. Formações econômicas pré-capitalistas, 1975. p.87.

(...) o território seria um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós”(o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (SOUZA apud CASTRO, GOMES & CÔRREA, 2007 p.86.).

Recentemente, frente ao processo de globalização, e com a emergência da Geografia Crítica, o conceito de território é tratado de forma mais abrangente e questionadora. A Geografia, no entanto, passa a abordar a temática de maneira mais flexível. O território não mais é limitado por linhas divisórias ou fronteiras, mas como uma construção baseada em critérios históricos e relações sociais. (SOUZA, 2007).

Para Andrade, o território não pode ser confundido com outros importantes conceitos da Geografia como “espaço” ou “lugar”. Nesse sentido, o autor também associa o território à ideia de domínio, de gestão e de poder. (ANDRADE, 2010).

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas (...). (ANDRADE, 2010. p.19).

Segundo Andrade, a formação do território permite que nasça nas pessoas que nele vivem um sentimento de participação, criando assim uma territorialidade e uma consciência de confraternização. (ANDRADE, 2010).

Moraes retoma a relação existente entre Estado e Território e reconhece a profunda integração existente entre ambos os conceitos. Para esse autor, uma das características do Estado Moderno é “o fato de ele possuir um espaço demarcado de exercício de poder”, ou seja, o território é a base física do exercício do poder. No entanto, Moraes reconhece que a relação entre Estado e Território é estabelecida a partir de um lento processo histórico que envolve aspectos políticos, jurídicos, econômicos e culturais e que resulta em uma unidade: o país. A esse processo o autor denominou “formação territorial-estatal”. (MORAES, 2005).

Em tal entendimento, o território emerge como uma totalidade para a geografia, um espaço dotado de uma historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada 'formação econômica e social'. (MORAES, 2000. p.21).

Nesse sentido, o território passa a ser compreendido como “um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento”. (MORAES, 2005).

Segundo Moraes, a construção territorial é, do ponto de vista espacial, compreendida como um processo cumulativo que obedece uma lógica societária vigente e onde se articula formas sociais, muitas vezes, diacrônicas e descontínuas, mas específicas de cada localidade. O Autor ainda reconhece que a formação territorial compreende tanto formas materiais quanto simbólicas, que unificam e norteiam os diversos aspectos que compreendem um território. (MORAES, 2005).

O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. O território é, concomitantemente, uma construção militar (um resultado da conquista espacial, que tem de ser reiterada sempre que contestada) e uma construção política (como área de exercício de um poder soberano), mas também uma construção econômica (como suporte de estruturas e atividades produtivas como um mercado) e uma construção jurídica (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional), e ainda uma construção ideológica (que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva). (MORAES, 2005. p.59).

Essa maneira de compreender o Território reaproximou as ciências História e Geografia, uma vez que a História permite retomar os processos sociais que resultaram no ordenamento dos espaços, ou seja, resgata as dimensões econômicas, políticas e culturais que contribuíram para a formação do território. Para Moraes, essa ótica permite “conceber a Geografia como uma História Territorial”. (MORAES, 2005).

Contudo, a obra de Caio Prado Jr. permite analisar a formação territorial brasileira como o resultado de um processo histórico, projetado e conduzido por concepções de atores sociais específicos, tendo em vista, principalmente, as políticas territoriais organizadas a partir do “arquipélago econômico” e das relações regionais de poder, as quais caracterizaram o território brasileiro até a década de 1930.

2.2 Do mandonismo ao regionalismo

As relações regionais de poder – basilares para a compreensão da formação territorial brasileira – caracterizam-se, em grande parte, por práticas políticas apoiadas em vínculos pessoais, trocas de favores, manipulação e imposição de interesses. Sendo assim, cabe, neste momento, retomar alguns conceitos – como mandonismo, clientelismo, paternalismo, coronelismo e regionalismo – uma vez que permeiam as discussões das políticas regionalistas e territoriais do Brasil.

O paternalismo, segundo Negro, refere-se às relações que estabelecem coesão social e solidariedade. Marcado pela ideologia dominante, o paternalismo visa confundir as relações sociais entre dominantes e dominados, uma vez que, na prática, dissimula a existência de conflitos ou estratificações sociais. (NEGRO, 1994).

Paternalismo sugere calor humano, numa relação mutuamente consentida; o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho, o filho é submisso ou complacente na sua posição filial. (NEGRO, 1994. p.16).

Outra prática que segue a mesma orientação é o Mandonismo, compreendido por Carvalho como uma “característica da política tradicional” baseada nas estruturas oligárquicas locais e representada por indivíduos que exercem a função do mando – um domínio arbitrário sobre a população local,

exercido por um indivíduo que possui o controle de algum recurso estratégico, como por exemplo, os grandes senhores de terras do período colonial brasileiro. (CARVALHO, 1998).

Já o clientelismo, muito utilizado por autores estrangeiros ao citar o Brasil, está diretamente vinculado às relações entre atores políticos que envolvem concessões e benesses públicas em forma de emprego, apoio político, voto ou ainda, benefícios fiscais. Assim como o mandonismo, o clientelismo também foi uma prática bastante comum na política brasileira. No entanto, ao contrário do mandonismo – que tendeu ao desaparecimento com aumento da consciência política popular –, as práticas clientelistas dependem, ainda hoje, das parcerias estabelecidas entre os governantes e os demais atores políticos.

As relações clientelistas aparecem como um ponto chave para a estrutura de poder e autoridade em uma sociedade. Estas relações constituem o atendimento a demandas específicas (...) relacionadas às áreas restritivas de interesse, que consiste no controle e utilização de cargos públicos, verbas e influência. (CASTRO, 1992. p.118).

O Coronelismo, apesar de suas peculiaridades locais, apresentou, conforme Leal, um conjunto de características próprias e independentes da região em que foi praticado. Para o autor, o coronelismo foi um exercício político específico de regimes representativos de lugares com estruturas sociais e econômicas inadequadas. (LEAL, 1975).

É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1975. p.20).

Para Leal, o coronelismo foi um sistema datado historicamente, ou seja, foi orientado a partir de uma estrutura política baseada nas relações de poder entre Município e Governo Federal, desenvolvida ao longo da Primeira República. Tanto Leal (1975) quanto Carvalho (1998) apresentam o coronelismo como uma troca de

favores entre o decadente poder local exercido pelos coronéis e o ascendente poder público republicano.

O coronelismo é, então, um sistema nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhes controle dos cargos públicos (...). O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de voto. Para cima, os governadores dão seus apoios ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. (CARVALHO, 1998. p.132).

É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos “coronéis” e o prestígio de empréstimos que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do “coronel” – firmada na estrutura agrária do país –, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída. (LEAL, 1975. p.43).

Sendo assim, o coronelismo favoreceu tanto as elites locais – que se mantiveram no poder e conquistaram benesses aos seus territórios de domínio e às suas propriedades –, quanto os líderes estaduais e/ou federais – cujo apoio local garantiu o sucesso de seus projetos e manutenção de seus cargos.

A essência, portanto, do compromisso “coronelista” – salvo situações especiais que não constituem regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar. (LEAL, 1975. p.49-50).

Mandonismo, clientelismo e coronelismo, portanto, além das especificidades que os diferencia, também tiveram sua evolução na história brasileira de maneira diferente: o coronelismo surgiu em uma dada época, atingiu seu apogeu e decaiu; já o mandonismo surgiu em um ápice e foi aos poucos decaindo; e o clientelismo, por sua vez, apresentou momentos de grande ocorrência e outros de quase desaparecimento. Nesse sentido, o coronelismo

iniciou-se no Brasil justamente no momento em que o mandonismo começou a perder forças, ou seja, no período em que a maior centralização do poder levou os representantes locais a buscarem uma aproximação com o poder nacional, uma vez que a influência local não era suficiente para mantê-los no poder. O clientelismo, por outro lado, apesar das oscilações, continuou sempre vigente.

(...) o centro do poder econômico não é, necessariamente, o centro de poder político; o recrutamento de elites na periferia é também importante na composição da elite dirigente; nem toda ação política redundava em desenvolvimentismo, ou seja, o desenvolvimento econômico e social, nos moldes propostos pelos países ocidentais, não é questão obrigatoriamente presente na pauta das decisões políticas; o processo de conservação do poder político regional desenvolve suas próprias regras, nem sempre articuladas com o poder econômico nacional; as elites regionais possuem seus próprios interesses, e suas relações com o poder central orientam-se no sentido de preservá-los; e finalmente o exercício do poder pelo centro se faz também com o apoio de suas bases localizadas na periferia, e este apoio certamente não é gratuito. (CASTRO, 1992. p.18).

Segundo Farias, a existência das práticas coronelistas está associada a uma estrutura rural cujas relações de produção são expressas através de relações de dominação e dependência pessoal. (FARIAS, 2000).

A esse respeito, afirma Saes:

(...) a dependência pessoal, cujo fundamento é a cessão da posse da terra, exprime-se ideologicamente como obrigação subjetiva de lealdade para com o senhor da terra, ou, num nível mais diretamente político, como fidelidade ao chefe político local. (SAES, 1987. p.90).

O período Vargas, no entanto, foi crucial à prática coronelista, uma vez que a Constituição de 1934 rompeu com a estrutura política baseada na aristocracia cafeeira da Primeira República. O voto secreto e universal, por exemplo, acabou com a prática do voto de cabresto e desarticulou o sistema eleitoral da República Velha. Vargas, em uma política extremamente centralizada, nomeava os interventores de cada estado os quais, por sua vez, elegiam os representantes

municipais, conseguindo, assim, pôr fim ao coronelismo. Todavia, a manipulação eleitoral continuou vigorando entre as práticas regionais a partir do regionalismo.

O conceito de Regionalismo está associado, segundo Castro, à apropriação e utilização de símbolos e traços culturais nos discursos da elite política-econômica local, cuja finalidade está em estabelecer um vínculo identitário com a população para, dessa maneira, conquistar seu apoio político e sensibilizá-la frente aos interesses da região. O regionalismo é apresentado pela elite como uma mobilização política em defesa da sociedade local, mas na prática, trata-se de uma mobilização em torno de questões e interesses de base regional. (CASTRO, 1994).

A base territorial para a expressão do regionalismo é, necessariamente, a região. Essa se define a partir da relação do homem com o meio e com seus símbolos. A elite se apropria desses símbolos, reelaborando-os ideologicamente na identidade regional, conferindo visibilidade e valor simbólico aos traços singulares da sociedade local, como tipo físico, sotaque, terminologia, hábitos etc. (...) O regionalismo supõe ainda identificação e coesão internas e competição externa para defesa de padrões, preservação ou obtenção de condições mais vantajosas. (CASTRO, apud LAVINAS; CARLEIAL; NABUCO. 1994. p.165).

Para a Autora, o regionalismo está associado à identificação e coesão interna regional, uma vez que, ao definir a identidade regional, camufla as disparidades internas e homogeneiza a sociedade. Essa prática também está relacionada à competição intrarregional, que é utilizada como uma ferramenta de barganha em defesa de padrões ou de vantagens obtidas ou almeçadas pela elite regional. Dessa maneira, o regionalismo é uma prática bastante comum em Estados cujas diferenças e disputas regionais são latentes. (CASTRO, 1994).

Apesar de não pretendemos aprofundar a discussão acerca do conceito de Região, fez-se necessário, nesse momento fundamentá-lo, uma vez que pode ser indicado como a base territorial do regionalismo em nível nacional. Sendo assim, a região é, para Castro, uma construção histórica com características definidas a partir de seus agentes formadores. Desta maneira, ela reflete a ideologia de quem

a construiu, ou seja, reflete o conjunto de ideias e conceitos difundidos pela classe dominante. (CASTRO, 2002).

Segundo Castro, “uma região e sua identidade são forjadas através das imposições de uma classe dominante local, na procura por expandir sua própria base material (...)”. Para tanto, a elite desenvolve e controla os meios político-administrativos locais. (CASTRO, 1992).

A busca da elite agrária brasileira pelo controle do poder local é exemplo disso. No período colonial apresentou-se aliada à Coroa Portuguesa. Reflexo da necessidade que tinham quando considerado o desinteresse inicial da Metrópole para com a colônia brasileira. Já no século XVIII, essa mesma elite agrária posiciona-se contrária à Coroa à medida que esta enrijecia suas políticas colonialistas. A autonomia, neste momento, significava maiores benefícios à classe aristocrática.

Nos primeiros dois séculos de colonização, as classes senhoriais controlaram as câmaras municipais e mantiveram em sua administração um caráter conservador, principalmente no que se refere à organização socioeconômica, pois mantiveram o “sentido da colonização”: latifúndio, mão-de-obra escrava e monocultura, que as beneficiava.

As características regionais referem-se então, a uma tendência histórica patrocinada pelos interesses localmente dominantes – família, religião, política e empreendimentos -, no sentido de favorecer práticas compatíveis de percepção cultural. (CASTRO, 1992. p.39).

Como os acontecimentos sobre o território se dá de maneira heterogênea, a região aparece como uma fração do território, uma escala de análise do território. A região é definida, portanto, a partir das especificidades criadas na relação Homem/Meio, que as diferenciam das demais localidades.

O conceito de região foi incorporado ao vocabulário oficial do Estado brasileiro durante o governo Vargas. A criação do IBGE e a primeira divisão oficial do Brasil em regiões estimularam as políticas nacionais destinadas a essa dimensão de poder. Apesar de se posicionar opostamente às vantagens regionais da Primeira República, o regionalismo foi um importante instrumento do Estado

Novo, uma vez que, a fim de constituir uma identidade nacional, o Vargas forjou o conceito de brasilidade “como o somatório das culturas regionais do país”, e estimulou a construção de identidades e tradições regionais. A consolidação dessas identidades regionais e sua apropriação por parte de suas elites permitiram que os embates sociais e políticos fossem interpretados como disputas entre territórios. (MORAES, 2005).

E as regiões passam a constar da pauta do debate político das elites, não raro adquirindo *status* de agente coletivo de interesses ou mesmo de ator político, num processo em que o regionalismo acaba por desempenhar funções ideológicas bastante eficazes. A consolidação de identidades regionais no país possibilitou que, no pensamento das elites brasileiras, conflitos sociais fossem equacionados como disputas territoriais, isto é, que embates de classes sociais fossem tomados como luta entre lugares. (MORAES, 2005. p.98).

Apesar da aparente preocupação com os problemas que atingiam a escala regional, as políticas varguistas pouco atenderam aos interesses dessa escala de poder. Foi somente após a queda de Vargas que as políticas de forte cunho regional voltaram às pautas federais. A constituição de 1946 criou dispositivos destinados aos problemas regionais, como os “Fundos das Secas” para o Nordeste, por exemplo; e os “Fundos de Valorização Econômica da Amazônia”, voltados para a região Norte do País.

Durante a década de 1950, a questão regional apareceu no centro das discussões políticas nacionais. As desigualdades regionais passaram a ser interpretadas como um problema a ser ultrapassado. Baseados na teoria cepalina, os planos estatais buscavam a homogeneidade dos lugares. Nesse contexto, a região foi avaliada de maneira pejorativa e como uma escala socioeconômica a ser superada. (MORAES, 2005).

Junto com as características das culturas locais, também a hinterlândia volta a conhecer um juízo negativo, sendo novamente qualificada como o *locus* do atraso e da barbárie, os espaços nos quais o Estado deve concluir a construção do país, impondo a vida moderna. (MORAES, 2005. p.99).

O Plano de Metas desenvolvido pelo presidente Juscelino Kubitschek, apesar de ter como objetivo central os setores de ponta da estrutura manufatureira, apresentou desdobramentos que alteraram a infraestrutura territorial e promoveram maior integração das regiões, tal como a construção de rodovias que interligaram os estados brasileiros, assim como a construção de Brasília, que passou a ser um polo de articulação entre o centro-sul, o nordeste e o Norte do país.

Apesar da aparente preocupação em articular as regiões brasileiras, JK não estabeleceu tipo algum de planejamento regional. Segundo Costa, esse fato pode ser explicado por ser o Plano de Metas voltado não ao território brasileiro, mas à expansão do capitalismo no país. (COSTA, 2004).

No período militar, as pretensões de integração nacional e a constituição de um país moderno a partir de um Estado forte são retomadas. A partir dessa orientação, os governos militares centralizaram suas políticas de desenvolvimento em setores de infraestruturas espaciais, como os Planos Nacionais de Desenvolvimento, o Plano de Integração Nacional, ou ainda, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

A Constituição de 1988, segundo Moraes, norteadas pelos ideais localistas e antiestatistas, concebeu o país a partir de uma visão desintegrada. Associada à doutrina neoliberal e à profunda crise econômica vivida pelo país, o Estado brasileiro em um processo denominado “balcanização” do Estado organizou seus programas políticos de maneira setorializada e segmentada. (MORAES, 2005).

A perspectiva de integração nacional foi abandonada e substituída por uma nova concepção de espaço, marcada pelo grande fluxo material e imaterial e pela alta virtualidade. Nesse contexto, os projetos nacionais tornaram-se desinteressantes, uma vez que a espacialidade atual seria marcada pela “desterritorialização” e por um “mundo sem fronteiras”. Para Moraes, a ausência de planos políticos baseados no território gerou uma profunda crise na estrutura federativa vigente. A guerra fiscal, por exemplo, torna essa constatação evidente.

Nota-se, em suma, que a questão regional sempre permeou a História da formação territorial do Brasil. A elite regional, tendo em vista exclusivamente seus

interesses, utilizou de práticas de mando, clientelistas ou regionalistas para nortear as políticas territoriais. Dessa maneira, contribuiu para a formação de um território desarticulado e marcado por profundas desigualdades. O governo central, por sua vez, a fim de manter a unidade territorial e a governabilidade foi conivente com essas práticas regionais.

3. Caio Prado Júnior: Uma Época, uma História, uma Obra.

3.1. Caio Prado Júnior em contexto

Caio Prado Jr. viveu em um tempo de significativas mudanças no Brasil. Participou ativamente das transformações nas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que marcaram o país entre o final do século XIX e início do XX.

A política sempre fez parte do cotidiano de Prado Jr. Desde sua infância, participava de reuniões, almoços e jantares na casa de seus pais, onde a presença de importantes políticos e intelectuais era comum. Desse universo, nasceu o interesse pela política – acentuado substancialmente no decorrer do curso de Direito na Faculdade de São Francisco. Em 1926, ingressou na vida política pelo Partido Democrático – criado pela oligarquia paulista insatisfeita com a atuação do Partido Republicano Paulista e com a Política do café-com-leite. Esse partido, embora apresentasse um discurso renovador das práticas políticas brasileiras, buscava apenas manter a hegemonia da elite paulistana. Cabe ressaltar que, para Caio, que apresentava inúmeras inquietações diante da realidade brasileira, essa posição do partido não era satisfatória.

O início do século XX, o país foi marcado por muitas agitações. No plano cultural, o Brasil vivia o furor do Movimento Modernista, cujo marco inicial foi a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo de 11 a 18 de fevereiro de 1922. A SAM, como ficou conhecida posteriormente, foi articulada pelo artista plástico Di Cavalcante (1887-1976) e pelo empresário Paulo Prado - primo do pai de Caio. O evento nortearia os rumos da produção cultural brasileira do país a partir do reconhecimento da singularidade da cultura brasileira e da difusão e renovação da arte e da temática nativistas.

As apresentações – realizadas entre 13 e 17 de fevereiro no auditório do Teatro Municipal de São Paulo por pintores, escultores, literatos, intelectuais e arquitetos e recebidas entre os aplausos e a hostilidade do público – alcançaram o

objetivo inicial: chocar a sociedade. A partir de então, o Modernismo assumiu seu caráter destruidor diante das estruturas conservadoras das artes brasileiras e abriu caminhos para criações mais revolucionárias, questionadoras e complexas.

Caio Prado Jr., apesar de seus 15 anos de idade, assistiu de perto à toda essa agitação cultural, não só acompanhando, mas prestigiando o evento que transformaria as artes brasileiras.

Poucos anos depois, acometido pela quebra da bolsa de valores em Nova Iorque, em 1929, o Brasil vivenciava uma grave crise de superprodução de café, cujas repercussões foram sentidas nas já abaladas estruturas políticas nacionais.

A sucessão presidencial de 1929 seria um teste definitivo desse desgaste, e a cisão da República Oligárquica, seu desfecho. Ao indicar o paulista Júlio Prestes para a presidência, o paulista Washington Luís – representante da elite que visava apenas à manutenção do monopólio político e dos privilégios econômicos de São Paulo – rompe a política do “café-com-leite” entre mineiros e paulistas. Diante disso, resta aos mineiros unirem-se à Aliança Liberal (AL) que reunia as oligarquias dissidentes do RS e de PB numa frente de oposição à candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa. O programa de reformas proposto pela AL era bastante amplo e tinha por finalidade garantir o apoio dos diversos segmentos da sociedade brasileira. Esse programa propunha desde a implantação do voto secreto à legislação trabalhista.

Ao contrário da expectativa geral e do clima de ‘já ganhou’, a eleição deu vitória a Júlio Prestes. A indignação da AL atingiu várias camadas populares por todo o país, sobretudo pela certeza de que o controle da máquina eleitoral pelos paulistas – através da Comissão de Verificação de Poderes – garantiu, como de costume, o resultado do pleito. Aliada à morte de João Pessoa, candidato à vice-presidência pela Aliança Liberal, a declaração do governador de MG, Antônio Carlos - “Façamos a Revolução antes que o povo a faça” - precipitou a eclosão do movimento em outubro do mesmo ano. Com o apoio de parcela das Forças Armadas, deputados e generais depuseram Washington Luís, então presidente, e entregaram o poder a Getúlio Vargas. Começava, então, a Era Vargas.

Os primeiros anos do governo de Getúlio foram marcados pela suspensão da Constituição republicana de 1891, pelo fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais e pelas intervenções nos governos estaduais. Essas medidas geraram reivindicações por parte da elite paulista que, defendendo a bandeira da ‘reconstitucionalização’ do país, mobilizou a sociedade na Revolução Constitucionalista de 1932. Apesar da derrota militar, o movimento armado paulista garantiu a realização de eleições para a Assembleia Constituinte, encarregada de elaborar a nova Constituição.

A partir de 1934, uma nova fase inicia-se no governo Vargas: a nova Constituição – promulgada em 16 de julho de 1934. Nesse período, Getúlio instituiu o voto secreto e reconheceu alguns direitos trabalhistas tais como jornada de trabalho de 8 horas diárias, férias anuais etc.

É em tal contexto que Caio Prado Jr., insatisfeito com as limitadas ações do Partido Democrático e do governo getulista, entrou, em 1931, para o Partido Comunista Brasileiro – fundado em 1922. Esse Partido, apesar de não ter grande influência política sobre a sociedade brasileira, divulgava os preceitos socialistas que tanto entusiasmavam o intelectual.

Secco atenta ao fato de ser o PCB, nas décadas de 1920 e 1930, um partido com pouca penetração na classe operária, tendo em vista que, na época, a maior parte dos trabalhadores brasileiros concentrava-se predominantemente em São Paulo, onde a influência dos anarquistas e dos sindicalistas “amarelos” era maior que a do PCB que, por sua vez, exercia grande influência no Rio de Janeiro entre mecânicos, marmoreiros, ferroviários, alfaiates etc. (SECCO, 2008).

Como partidário do PCB, porém, Caio atuou de forma contundente: trabalhou na organização política dos proletários, editou jornais, investiu em gráficas clandestinas, financiou edições de livros de caráter militante de sua autoria, panfletou nas ruas a favor do movimento comunista etc. Essas ações lhe renderam acusações de crimes políticos que o levaram à prisão.

Apesar dessa militância de base que marcou a vida dele, sua independência intelectual o impediu de seguir cegamente os desígnios do partido, o que gerou algumas divergências.

Era um partido débil, minúsculo, com pequena inserção social. Só se transformou numa potencial ameaça à ordem em 1934-1935, com o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e com sua influência nos quarteis. Ainda assim, sua influência de massas era reduzida. (SECCO, 2008. p.33).

Secco atenta ainda para o superficial nível de compreensão teórica dos militantes e dirigentes do PCB devido a ausência da literatura marxista entre eles. Em certo momento, até chegaram a divulgar as ideias de Marx, mas não ultrapassaram esse estágio. A pequena difusão dos princípios da Intentona Comunista foi feita apenas por meio da revista “Movimento Comunista”, órgão pertencente ao PCB. (SECCO, 2008).

Caio é apontado por Secco como um comunista ontológico, que tinha no socialismo a religião que determinava dogmas e códigos morais. Caio, portanto, respeitava tanto o modelo de socialismo vigente na URSS, quanto os ideais marxistas do PCB. Apesar disso, não deixou de reconhecer que sua maneira de interpretar o Brasil, era muitas vezes, desagradável aos líderes do PCB. (SECCO, 2008).

Nunca pertenci à direção do partido, nem tive nele grande prestígio ou influência. Sempre fui um elemento secundário e mal considerado, não em termos pessoais, mas por causa de minha maneira de interpretar o Brasil. Sempre fui muito marginalizado no partido, pela oposição aos seus esquemas políticos e econômicos que eu considerava falhos no que diziam respeito ao Brasil. (SECCO, 2008. p.46).

Segundo o Departamento de Ordem Política e Social (Deops), as divergências entre Caio e os dirigentes do PCB levaram, em 18 de dezembro de 1933, a expulsão do intelectual do partido – informação não confirmada pela imprensa do PCB – para onde regressou em 1934. (SECCO, 2008).

De acordo com Silva, a discordância entre o PC e Caio Prado Jr. teve sua origem tanto no caráter “anti-intelectual do partido”, quanto na maneira marxista independente que Caio adotou em suas interpretações sobre o Brasil – distante, portanto, do marxismo-lenista difundido pelo PCB. (SILVA, 2008).

Dois foram os aspectos das interpretações de Caio que mais destoaram das ideias pecebistas: o primeiro refere-se ao caráter capitalista que Caio incutiu ao período colonial do Brasil, que diferia contundentemente da essência feudal aceita pelos seus colegas partidários; a segunda refere-se ao projeto de revolução apresentado pelo Autor, que, contrário ao que pregavam os dirigentes do PCB – a revolução etapista – acreditava em um processo permanente a caminho do socialismo. As interpretações de Caio, no entanto, influenciaram, muitas vezes, os partidários do PCB, como se pode observar na afirmação de Gasparoto (1989):

É então que nos chega, com dois anos de atraso, pois a 1ª edição é de 1966, *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado. Caiu como um bloco de concreto sobre nossas cabeças. Afinal, alguém estava nos dizendo que o PCB não se havia equivocado apenas na maneira de conduzir a Revolução, mas que sua própria concepção da revolução brasileira era equivocada; e mais: que se desconhecia não só o processo histórico da sociedade brasileira, mas que se estudava conforme modelos que nada tinham a ver com a nossa realidade nacional. (GASPAROTO apud D'INCAO, 1989. p.57).

Caio não concordava com a proposta de revolução feita pelo PCB e, por isso, intensos eram os debates. Para o Autor, a revolução aos moldes do Programa da Internacional Comunista, ignorou as particularidades brasileiras e colocou o país “na mesma vala comum da interpretação dos demais países sul-americanos, asiáticos e africanos (...)”. (GASPAROTO, 1989).

As discussões foram calorosas; as críticas, inúmeras; muitos não aceitavam a análise feita por Caio Prado, que só não foi chamado de traidor ou agente do imperialismo, ou então da CIA, graças à sua conduta irrepreensível de intelectual e militante. (GASPAROTO apud D'INCAO, 1989 p.59).

Vale lembrar que, visto sua origem social abastada, a adesão ao Comunismo fez Caio enfrentar hostilidades no âmbito pessoal, sendo considerado por alguns parentes e amigos traidor de sua classe social. Sua família também sofreu com sua opção política-ideológica. Seus filhos, Danda Prado e Caio Graco, quando crianças, foram apedrejados. Sua primeira esposa, Baby, também

enfrentou resistências por parte de amigos e familiares, sendo frequentemente submetida a diversos constrangimentos.

Retornando ao âmbito político, a década de 1930 também foi marcada pelo aparecimento de importantes lideranças políticas. Como reflexo da polarização ideológica mundial – Nazifascismo/Stalinismo – surgiram, no Brasil, dois grupos opostos: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Fundada por Plínio Salgado – que em 1932 lançou o *Manifesto à Nação* – a AIB difundia os princípios nazifascistas de Benito Mussolini e de Adolf Hitler, ideais considerados alternativa ao Comunismo e caminho para a superação da crise econômica.

A ANL, por sua vez, surgiu em 1935 por meio da união de tenentes, comunistas, operários e outros pequenos grupos. Foi Carlos Lacerda, jovem estudante de direito que, ao ler o manifesto do movimento, divulgou seu intenso cunho nacionalista e a forte oposição ao poder vigente.

Seguindo as orientações dadas pelo PCB – orientado pela Internacional Comunista – a ANL apresentou uma proposta cujos parâmetros se estruturavam em cinco itens: a suspensão do pagamento da dívida externa; a reforma agrária; a nacionalização de empresas estrangeiras; a garantia de liberdade à população; e a constituição de um governo popular. Em pouco tempo, tais ideias levaram a ANL ganhar forte projeção no cenário político nacional: passou de pequeno grupo dirigido por operários a forte organismo composto por milhares de pessoas de diversas classes sociais.

Como vice-presidente da ANL, Prado Jr. atuou de maneira contundente na organização dos movimentos contrários à ordem estabelecida, o que intensificou a influência desse grupo sobre a sociedade e preocupou as elites e o governo brasileiro. Diante do crescente apelo popular, o governo Vargas – baseado na Lei de Segurança Nacional – colocou a ANL na ilegalidade. Como resposta, os aliancistas organizaram a Intentona Comunista, como foram chamados os levantes de batalhões ocorridos no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte contra o governo federal. Setores mais autoritários do

governo utilizaram a Intentona como justificativa para radicalizar o regime político e prender diversos líderes sindicalistas, operários e intelectuais acusados de atividades subversivas. Caio Prado foi preso e assim permaneceu por aproximadamente dois anos.

Em 1937 – ano de eleição sucessória – Getúlio Vargas e seus aliados (apoiados pelos Integralistas) a fim de manterem-se no poder, forjaram e divulgaram o plano Cohen: um falso plano de golpe comunista, que ameaçava a democracia e que foi usado por Vargas para fechar o Legislativo, outorgar uma nova Constituição e instituir o Estado Novo. Esse fato contribuiu para que Vargas se mantivesse no poder até 1945, liderando um Executivo centralizado e autoritário.

Nesse ínterim, Caio saiu da prisão e exilou-se na França, onde atuou no Partido Comunista Francês e auxiliou os migrantes espanhóis durante a Guerra Civil Espanhola (1936/1939). Ele aproveitou esse período de exílio também para estudar, matriculando-se no curso “O problema da abstração”, na Universidade de Sorbonne. Somente em 1939, foi que retornou ao Brasil.

No campo socioeconômico, o Brasil do início do século XX foi marcado por profundas transformações: o cenário rural, que predominava até então, deu espaço ao urbano. O lucro gerado pela cafeicultura até a década de 1930 estendeu-se não apenas à agricultura, mas a outras atividades como o comércio, a indústria e as finanças. Esses setores adquiriram grande importância para o desenvolvimento da economia brasileira, principalmente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. O país, predominantemente agrário e agroexportador, abriu espaços para a industrialização e urbanização.

Diante da desestruturação econômica internacional – causada pela Primeira Guerra Mundial e pela crise de 1929 – e da crise econômica interna da superprodução do café, o Brasil sofreu profundamente com o aumento do desemprego e da miséria. Nesse cenário, o governo brasileiro passou a investir nas atividades industriais, fortalecendo o mercado interno e substituindo as importações. O Estado getulista, comprometido com a “Revolução Industrial Brasileira”, aplicou grandes investimentos na indústria de base, criando entre 1941

e 1945 a CSN (Cia. Siderúrgica Nacional) no Rio de Janeiro e a CVRD (Cia. Vale do Rio Doce) em Minas Gerais. O empenho do governo federal fez com que a atividade industrial apresentasse um crescimento significativo entre 1933 e 1939, atingindo um aumento de 7,2% ao ano. Para tanto, estimulou as indústrias de tecidos, papel, pneumáticos e laminados (SCARLATO, 2005).

Nessa mesma linha, o Estado Novo criou diversos órgãos de planejamento e execução de política econômica, como o Conselho de Transportes em Estradas de Ferro (CTEF), o Conselho Nacional de Petróleo (CNP), o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), entre outros.

Como consequência desse incentivo à industrialização, intensificou-se no Brasil um importante movimento migratório interno do campo para a cidade. O processo de urbanização iniciado no final do século XIX (com a introdução do trabalho livre e assalariado que permitiu o desenvolvimento de atividades terciárias em mercados urbanos) passou a ganhar forças. As cidades começaram a receber um número cada vez maior de pessoas que, saídas das fazendas de café, buscavam moradia e oportunidades de emprego. São Paulo e Rio de Janeiro, mais uma vez, lideraram esse processo.

A sociedade, até então baseada na relação senhores de terras e escravos, deparou-se com uma divisão de classes mais complexa: trabalhadores rurais (imigrantes e livres), trabalhadores urbanos, comerciantes, donos de terras e industriais.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, Vargas vê-se forçado a renunciar. Com o retorno da liberdade política, o Partido Comunista nas eleições seguintes volta à legalidade e consegue alcançar importante cátedra no cenário político nacional. O PCB elege cerca de 20 membros em 1945 e, em 1947, o Partido tem Caio Prado Jr. eleito deputado estadual paulista. Durante os dez meses que permaneceu como deputado e legislador, apresentou cerca de 31 emendas, das quais nove foram aprovadas. Três temas norteavam as ações de Caio enquanto parlamentar: a fiscalização do poder público, o regime tributário e o incentivo à pesquisa científica. (WIDER, 2007).

No entanto, no início da Guerra Fria – que coincide com o governo Dutra – começou uma perseguição ao comunismo e a qualquer movimento social e político que a ele se remetesse. Sendo assim, e como reflexo do compromisso do Brasil com a Doutrina Truman, o Partido Comunista Brasileiro foi posto novamente na ilegalidade e os eleitos pelo PCB, em 1945 e em 1947, tiveram seus mandatos cassados.

3.2 A produção intelectual de Caio Prado Jr.

Em 1942, Caio escreveu sua principal obra, *Formação do Brasil Contemporâneo*. Esse era, na verdade, o primeiro dos três livros que Caio pretendia escrever a fim de fazer uma História completa do País. No entanto, a pedido da editora mexicana *Fondo de Cultura Económica*, Caio voltou sua atenção à elaboração de uma síntese da história econômica brasileira, o que o fez desistir do projeto inicial, que infelizmente, ficou limitado apenas à primeira obra. Foi nesse contexto que surgiu, em 1945, o livro *História Econômica do Brasil*.

Em 1943 Caio Prado Jr, em sociedade com seu pai, fundou a Editora Brasiliense e a Gráfica Urupês, pelos quais lançou importantes livros de eminentes autores brasileiros, tais como Lima Barreto, Monteiro Lobato e Eça de Queiroz. Também publicou a coleção “Problemas do Brasil”, que buscava divulgar as questões relacionadas à nação para o grande público. (WIDER, 2007). Em 1945, lança *História Econômica do Brasil*, também de excepcional repercussão.

Em 1955, Caio Prado Jr candidatou-se à cátedra de Economia Política na Faculdade de Direito de São Francisco e, mais tarde, à cadeira de História na Faculdade de Filosofia da USP. Apesar de seu gabarito como intelectual, sua opção ideológica pelo Comunismo foi decisiva e as vagas lhe foram negadas. Mesmo assim, Caio continuou atuante. Ainda em 1955, Caio Prado Jr. e Elias Chaves Neto fundaram a Revista Brasiliense, que tinha por objetivo reunir importantes estudiosos dos problemas sociais, econômicos e políticos do Brasil.

Nas décadas seguintes, ele continuou acompanhando os acontecimentos políticos, tanto mundiais quanto brasileiros. O golpe militar de 1964 colocou Caio,

mais uma vez, em situação subversiva e o obrigou a se exilar no Chile. Pouco tempo depois, retornou ao Brasil. Apresentou-se à polícia militar, e, mais uma vez, foi condenado e preso – situação em que permaneceu até 1971. Tal circunstância, contrário a tudo o que se poderia esperar, acirrou ainda mais sua produção intelectual.

3.3 A interpretação da História do Brasil em Caio Prado Júnior

Caio Prado Jr. iniciou sua vida intelectual antes da institucionalização das Ciências Sociais. Inicialmente, Caio estudava em casa – como era comum entre os filhos das classes mais abastadas de São Paulo. Frequentou Chelmsford College de Eastborn, em Londres. Em 1922, formou-se no reconhecido colégio São Luís. Entre 1924 e 1928, frequentou o curso de Direito da tradicional Faculdade de Direito de São Paulo no largo de São Francisco.

Foi, no entanto, na década de 1930, que a vida intelectual de Caio Prado Jr. mudou significativamente. A criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF) promoveu maior autonomia quanto à formação de professores e pesquisadores no território nacional. Caio passou a frequentar o curso de História e Geografia na recém-inaugurada Universidade de São Paulo e participou ativamente de importantes grupos de estudos que buscavam compreender o território brasileiro, como veremos adiante.

Em 1933, Caio escreveu sua primeira grande interpretação do Brasil: *Evolução Política do Brasil* que, apesar de ser considerada pelo próprio autor apenas um ensaio, surpreendeu os estudiosos por analisar a História do Brasil – da Colônia ao fim do Império – a partir de uma visão marxista e materialista.

Além de Caio Prado Júnior, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda foram reconhecidos por inaugurarem um novo modo de interpretar o Brasil. Respectivamente, as obras *Formação do Brasil Contemporâneo*, *Casa Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil* foram, segundo Antônio Cândido, os três livros que marcaram sua geração. Influenciados pelo Movimento Modernista e a fim de

promoverem a transformação do Brasil, os intelectuais brasileiros da década de 30 abandonaram os ideários naturalistas e adotaram “linhas evolutivas” para explicar o país a partir de sua formação.

As estruturas econômicas, sociais e políticas do Brasil sempre foram temas relevantes à historiografia e à Geografia brasileira. Como as obras referentes ao tema apresentam diversos pensadores e muitas perspectivas teóricas e metodológicas, tem-se atualmente uma grande diversidade de contribuições bibliográficas em que se encontram tanto consensos e reiteraões, como polêmicas e divergências. Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Darcy Ribeiro e Caio Prado Júnior são alguns dos grandes autores que contribuíram para o entendimento da gênese da nação brasileira. É nessa mesma época que Caio Prado Jr. tem seu papel como historiador legitimamente reconhecido. Sua obra, resultado do momento histórico vivido pelo intelectual e de seus múltiplos interesses em ciências diversas como Geografia, Filosofia e Economia, tornou-se um legado que ainda hoje contribui para a formação de estudiosos de todo Brasil.

As interpretações de Caio Prado Júnior, entretanto, enfrentam certa resistência por parte de alguns intelectuais, que as consideram economicistas e, por consequência, incapazes de compreender as diversas forças que compuseram a realidade brasileira. No entanto, Prado foi o primeiro e um dos poucos estudiosos que realmente interpretou a sociedade e a História do Brasil tendo como parâmetro de análise o materialismo dialético. E foi esse o seu grande mérito.

Não se pode negar, porém, que outros intelectuais contemporâneos e antecessores a Caio, como Manoel Bonfim, Euclides da Cunha, Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Castro Rebelo, entre outros, já haviam orientado suas interpretações da História do Brasil a partir de uma visão marxista. Prado, como não poderia deixar de ser, por muitas vezes beneficiou-se das obras desses estudiosos. Ianni (1989) nos lembra, entretanto, que:

(...) não havia uma proposta elaborada de interpretação do Brasil nos escritos desses autores. (...) Eram apenas sugestões, fragmentos. E muitas vezes traíam uma transposição apressada,

ou ingênua, de análises realizadas pelos clássicos do marxismo (...). (IANNI apud D'INCAO, 1989. p.77).

Importantes estudiosos brasileiros admitem a originalidade e o prenúncio da interpretação marxista feita por Caio. Francisco Iglésia, por exemplo, reconhece que “a produção historiográfica de Caio Prado Jr. se distingue por ser a primeira em que o marxismo é sistemática e superiormente aplicado.” Nelson Werneck Sodré, compartilhando essa opinião, afirma, “na quarta década, depois da Revolução de 1930, aparece o primeiro ensaio de aplicação do materialismo histórico ao conjunto do passado nacional, o de Caio Prado Júnior.” (IANNI, 1989).

A influência comunista ficou mais evidente no período da Aliança Nacional Libertadora. Mas, foi somente entre meados dos anos 1930 e o final da década de 1950, com o advento e o desenvolvimento das universidades, que se formaram os primeiros marxistas brasileiros. Caio Prado Jr., cuja obra inicia-se em 1930, foi o pioneiro dessa geração. As obras de Caio não se reduziram a empregar a teoria marxista à História do país. Em seus livros, encontramos o marxismo adaptado às realidades históricas brasileiras, o que faz do autor um dos maiores e mais autênticos intérpretes do Brasil. (IUMATTI, 2007) Para Dias, o modo como Caio desenvolveu o método dialético de interpretação foi igualado ou superado somente a partir da década de 1950. (DIAS apud D'INCAO, 1989)

Segundo Ricupero,

(...) na obra de Caio duas dimensões principais – uma ligada à teoria marxista, a outra à realidade brasileira – que se fundem devido aos sucessos que teve em utilizar o materialismo histórico na análise de nossa formação econômico-social (...). Nesse sentido, pode-se considerar que Caio Prado Jr. e outros pensadores, como o italiano Gramsci e o peruano Mariátegui, procuraram, a partir de suas respectivas realidades nacionais, fazer uma obra comparável à empreendida por Lênin e seus camaradas de “russificar” o marxismo. O ponto mais importante que os aproxima é justamente o reconhecimento da necessidade de se agir a partir de realidades nacionais concretas (...). (RICUPERO, 1998. p. 74).

Caio foi precursor ao explicar a constituição econômico-social do Brasil tendo por base o sentido da colonização como “totalidades”² da experiência brasileira. Sua interpretação enfatiza principalmente as características estruturais, as particularidades e contradições que marcaram o processo de organização e transformação do meio agrário e seus desdobramentos sobre a sociedade (RÊGO, 1998).

Alguns aspectos de sua análise podem ser considerados fundadores da interpretação do Brasil: o caráter “colonial” e dependente que marca toda sua trajetória de desenvolvimento, a estruturação de suas atividades produtivas de forma determinantemente voltada para atender às demandas externas de bens primários e posteriormente agroindustriais, a persistente alocação externa de pelo menos as fundamentais decisões de investimentos produtivos, o recorrente caráter socialmente não-integrador e excludente da maioria da população brasileira em relação aos padrões modernos de convivência substantivamente democrática e cidadã, a não-superação das desigualdades regionais historicamente conformadas pelo processo de ocupação e colonização do território, a consecução de um processo de industrialização inorgânico, intersetorialmente desarticulado e economicamente frágil para promover as alterações desejáveis em uma estrutura social apoiada na preservação de uma elevada concentração da propriedade fundiária. (RÊGO, 1998. p.81).

Caio analisava o período Colonial como “o passado que nos fez” e no qual podemos encontrar as bases de nossa nacionalidade. (PRADO JR., 1969)

Seguindo em parte, essa tríade – população, vida material e vida social, política e cultural – Caio Prado Jr. procurava deslindar, em uma linguagem informal e densa, a um só tempo detalhada e sintética, cada um desses três fatores, colocando-os em um jogo dialético. Enfocava, nesse jogo, a luta pela vida de um organismo em interação com o meio geográfico, luta que resultaria na formação da nacionalidade – contraposta, em seus desdobramentos no tempo, às tendências anônimas da formação colonial. (IUMATTI, 2007. p. 19).

² Segundo Georg Lukács, “a categoria da totalidade, a supremacia do todo sobre as partes, é a essência do método que Marx herdou de Hegel, e brilhantemente transformou na fundação de uma ciência completamente nova” (LUKÁCS, Apud. LÓWY & NAÏR, 2008.)

3.4 A contribuição de Caio Prado Júnior à Geografia Brasileira

Subproduto da condição de país dependente, a Geografia brasileira até início do século XX refletia problemas teóricos e metodológicos vividos na Europa. Os Institutos Históricos e Geográficos brasileiros reproduziam os interesses europeus e acentuavam a noção de tropicalidade – tão fortemente desenvolvida no Brasil na época colonial – como mais uma maneira de firmar a função agrária do país na Divisão Internacional do Trabalho. O conhecimento desenvolvido por esses institutos enfatizava as relações entre o homem e o meio físico e ressaltava ideias de país-continente e riquezas naturais, não produzindo, portanto, trabalhos que buscassem o cerne dos problemas brasileiros e das relações entre os homens.

Foi somente a partir da década de 1920, principalmente após a Semana da Arte Moderna e do Manifesto Regionalista, que novas interpretações do Brasil, de seu Povo e de sua constituição enquanto Estado-Nação foram feitas, não significando, no entanto, mudança substancial na forma de produzir geografia no país.

Em 1930, com a constituição da Geografia Científica – a partir da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade de São Paulo e do Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas no Rio de Janeiro – a produção geográfica brasileira começou a traçar seus próprios contornos, sem, contudo, livrar-se das influências estrangeiras.

Caio Prado Jr., como visto anteriormente, teve seu papel enquanto estudioso e intérprete do Brasil justamente reconhecido pela historiografia brasileira. No entanto, para a Geografia, sua importância é ainda pouco evidenciada. O papel que a Ciência Geográfica teve na formação do intelectual, contudo, já foi por muitos autores, enaltecido. Caio Prado Jr, diferente de outros estudiosos, reconhece a Geografia como uma importante contribuinte à sua formação intelectual e a sua interpretação da história e do espaço. Em suas próprias palavras: “A Geografia foi que me abriu a perspectiva (...)”³ ou ainda, “Geografia é compreender as condições naturais, humanas da vida, as relações, a

³ Que País é esse? Caio Prado Júnior Responde, 1978. In: IUMATTI, SEABRA & HEIDEMANN, 2008.

distribuição, a maneira de viver”⁴. Não à toa, nas obras de Caio, observa-se que, em cada passagem histórica por ele analisada, consta aspectos geográficos que colaboraram para sua interpretação.

As viagens feitas com Deffontaines – importante professor francês responsável pela cadeira de Geografia Física e Humana do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – foram fundamentais para a formação de Caio Prado Jr. que, ao frequentar as aulas do mestre, aprendeu a analisar o meio físico e a relacioná-lo ao meio humano. O historiador assumiu, mais tarde, ser Deffontaines o maior professor que conheceu. (IUMATTI, SEABRA & HEIDEMANN, 2008).

Caio Prado Jr. desempenhou importante papel na unificação e no reconhecimento internacional da Geografia brasileira. Ao exercer funções como sócio-fundador e secretário da AGB e editor da revista *Geografia* promoveu o desenvolvimento da Ciência Geográfica no Brasil.

Fundada em 17 de setembro de 1934 por Pierre Deffontaines, Rubens Borba de Moraes Luiz Flores de Moraes Rego e Caio Prado Júnior, a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), segundo sua ata de fundação, teve por objetivos: promover excursões e reuniões periódicas que difundissem os estudos geográficos do e no Brasil; constituir um acervo de obras especializadas em Geografia.

Caio Prado Jr., como primeiro secretário da AGB, buscou fazer da Associação um centro de estudos que unisse, a partir de seus muitos colaboradores e associados, diversas produções realizadas nas Ciências Geográficas por todo o país. Em princípio, as reuniões da AGB tiveram como temas norteadores os aspectos físicos e humanos do Estado de São Paulo, a exemplo dos seguintes trabalhos: Moraes Rego - *Esquema de um Programa para o Estudo do Solo em SP*, Deffontaines - *Ensaio sobre os tipos de povoamento do Estado de São Paulo* e Caio Prado Júnior - *Repartição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo*. Em 1935, trabalhos relacionados a outros Estados

⁴ Entrevista de Caio Prado Jr. ao jornal Folha de São Paulo, em 21 de maio de 1978. In WIDER, Maria Célia, 2007.

brasileiros conduziram as apresentações nas reuniões da AGB, como por exemplo *A Região de Ponce na Chapada do Mato Grosso*, ou ainda, *Chapada Diamantina e O vale do São Francisco*, de John Jane. (IUMATTI, SEABRA, HEIDEMANN, 2008).

Temas relacionados ao desenvolvimento da cartografia e ao ensino da Geografia também compuseram as reuniões da AGB. As discussões sobre o ensino da Geografia resultaram em um projeto de programa para o ensino de Geografia produzido por Pierre Monbeig e Maria Conceição Vicente de Carvalho, encaminhado aos órgãos públicos competentes em esferas federal e estadual.

Neste mesmo fio condutor, a revista *Geografia* - que teve pelos dois primeiros anos de existência Caio Prado Júnior como editor – buscou publicar e difundir as muitas produções geográficas sobre o Estado de São Paulo. A fim de conquistar um número cada vez maior de adeptos e suscitar o interesse de professores e intelectuais da área, o periódico buscou criar “um programa metódico de pesquisa de todos os problemas geográficos e em particular os referentes ao Brasil”, assim como “(...) refletir, através de análises e críticas, todo o movimento científico da atualidade, no Brasil e no estrangeiro”. (Doc. 02.03.01.05 apud IUMATTI, SEABRA, HEIDEMANN, 2008).

Apesar do período restrito em que permaneceu em São Paulo, Deffontaines continuou a influenciar a produção geográfica brasileira através de trocas de correspondências com Caio Prado Jr. e de artigos sobre o Brasil, que destinou à revista *Geografia*.

Percebe-se, portanto, que a Obra de Caio Prado Jr. foi reflexo de sua vida. Ávido por compreender e transformar o Brasil, Caio atuou de várias maneiras: participou ativamente dos acontecimentos políticos de sua época; fez uma *História do Brasil* conhecendo-o intensamente e não apenas por gabinete. Para a Geografia em especial, ele valorizou os conhecimentos gerados por essa Ciência ao utilizá-los em suas análises assim como contribuiu no reconhecimento e desenvolvimento da mesma.

4. A GÊNESE DA ESTRUTURA REGIONALISTA NA SOCIEDADE BRASILEIRA – DO PERÍODO COLONIAL AO REPUBLICANO

A geopolítica adotada no processo colonizatório foi particular de cada Estado metropolitano e, apesar da lógica de exploração colonial ser respeitada, a estrutura colonial foi definida em suas particularidades pelas respectivas Metrôpoles e pôde ser percebida a partir das instituições presentes no território colonial. (MORAES, 2005) Sendo assim, a escolha pela tríade latifúndio, monocultura e trabalho escravo não foi apenas uma opção dentre as diversas possibilidades de estruturas agrárias, pois os contextos interno e externo motivaram a implantação da colônia portuguesa.

De maneira geral, a obra de Caio apresenta uma elaborada interpretação sobre a formação da sociedade brasileira. Para o Autor, todo povo deve ser compreendido a partir do “sentido” em que foi constituído, o qual pode ser percebido pela análise de um conjunto de fatos e acontecimentos que seguem uma lógica e que determinam suas particularidades, diferenciando-o dos demais. Atrás deste sentido, a obra de Caio busca articular a organização colonial a uma política maior, pensada e aplicada pelos portugueses, e que tinha como objetivos gerar lucro à Coroa e satisfazer o mercado europeu. Abordando as transformações que o Brasil sofreu (seu processo de “descobrimento”, os anos de escravidão, as forças sociais vigentes e a economia agrário-exportadora, sem, no entanto, desconsiderar as estruturas sociais, políticas e culturais), Caio norteia sua obra em três segmentos principais: “o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado.” (IANNI apud D’INCAO, 1989).

4.1 A organização da sociedade no Período Colonial – aspectos políticos e desdobramentos sociais

O sentido dado à colonização, que se traduz no ideal exploratório, surgiu, segundo Caio, a partir do século XV – ainda no processo de expansão marítima promovida pelos países ibéricos – e definiu os rumos da colonização e da História brasileira. Os desdobramentos da busca pela acumulação originária do mercantilismo, os avanços nas técnicas de navegação e a descoberta de novas rotas comerciais promoveram o deslocamento da primazia dos países europeus centrais - por onde circulavam as antigas rotas - para os territórios banhados pelo oceano Atlântico.

A mudança dos itinerários comerciais transformou não apenas as relações internas europeias, mas também proporcionou sua expansão ultramarina, na qual os portugueses, ao contornarem a costa do continente africano, aparecem como pioneiros. Os espanhóis também se lançaram nesta aventura marítima. O caminho às Índias, porém, foi outro – o do ocidente – fato que lhes permitiu “descobrir” a América.

A América, em princípio, não representou mais do que um obstáculo a separar a Europa das Índias. O objetivo inicial dos europeus era encontrar uma passagem que lhes permitisse transpor o território e atingir o Oriente. Procurando facilitar suas relações comerciais, os europeus ocuparam a América estabelecendo apenas feitorias destinadas a serem não apenas pontos de articulação entre o território ocupado e as viagens marítimas, como também entrepostos comerciais com os povos nativos.

No entanto, no caso do Brasil especificamente, as constantes ameaças externas ao domínio português forçaram uma ocupação efetiva através do estabelecimento de atividades que permitissem a existência de feitorias e afastassem possíveis invasores. A ausência de metais preciosos no início da colonização levou os portugueses a desenvolverem uma atividade mais estável e, acima de tudo, mais rentável: a agricultura. Além de agradarem o mercado

européu, os produtos tropicais apresentavam baixo custo de produção, uma vez que não exigiam mão-de-obra qualificada e, tampouco, alto nível tecnológico.

Nesse contexto, as condições físicas da colônia, segundo Caio, apresentaram-se como um obstáculo à adaptação dos colonos europeus. Tal situação, porém, não se mostrou intransponível, principalmente quando foram consideradas as possibilidades de obtenção de gêneros alimentícios próprios de regiões quentes como o açúcar, pimenta, tabaco, anil, arroz e algodão, produtos com boa aceitação no comércio europeu.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. (PRADO JR., 2008.p.30).

Para além do caráter de exploração mercantil que determinou a colonização brasileira, cabe destacar que o desenvolvimento das atividades agrícolas fez surgir aos poucos uma colonização mais estável e permanente.

Vale lembrar, inclusive, que a estrutura fundiária baseada na grande propriedade fez parte da estratégia de colonização implantada por Portugal. O latifúndio foi um atrativo oferecido aos colonos pela Coroa a fim de promover a ocupação da extensa área conquistada sem, no entanto, elevar os custos à Metrópole.

Em princípio, a Coroa Portuguesa estabeleceu no Brasil um sistema de Capitâneas Hereditárias. No entanto, grande parte destas longas extensões de terras permaneceu desocupada, exceção feita às capitâneas de São Vicente e Pernambuco, que apresentaram considerável desenvolvimento econômico e social.

A ineficácia do regime de Capitâneas Hereditárias obrigou a Coroa Portuguesa a extingui-lo. Um novo sistema de distribuição de terras fez-se, então, necessário. Em 1549 a Coroa Portuguesa deu origem ao sistema de Sesmarias, que passou a atribuir a posse de terra a qualquer indivíduo, desde que ele tivesse condições ocupá-la e explorá-la.

Os colonos que tinham por intento ocupar posições relevantes no processo de colonização, principalmente os fidalgos e nobres da Metrópole que dispunham de recursos próprios para o aproveitamento e povoamento da terra, aprovaram tal processo. A posição que lhes era atribuída com a posse das sesmarias – a de grandes senhores de terra – lhes garantia prestígio e poder. As sesmarias foram, portanto, conferidas.

A propriedade do sesmeiro era alodial, isto é, plena, não consagrando outros ônus que o pagamento da dízima da Ordem de Cristo, que afinal não passa de simples imposto, e outras restrições, como os monopólios reais, servidões públicas de água, caminhos etc.(...) O que caracteriza ainda as sesmarias é a obrigação do seu aproveitamento por parte do beneficiário dentro de um certo prazo. (PRADO Jr., 2007. p.15).

A distribuição de terras era feita conforme a influência que tinham os colonos junto à Coroa. Ao norte, por exemplo, onde as possibilidades de lucro eram maiores, as propriedades ocupavam muitas léguas e eram destinadas a pessoas da alta nobreza. Já ao sul, terras menos providas, eram estabelecidas propriedades de, no máximo, três léguas, reservadas a colonos mais modestos.

A pequena propriedade, porém, não obteve apoio para seu desenvolvimento, uma vez que a concorrência estabelecida pela grande lavoura frente à necessidade de ocupação de uma terra virgem era desleal. O custo com o plantio e a exploração da cana era alto e o uso de mão-de-obra assalariada, inviável, tendo em vista o tamanho do território a ser ocupado. A proximidade com a grande lavoura era fatal aos pequenos proprietários – que comumente se encontravam envolvidos em conflitos violentos por posse de terra. A única exceção se deu entre os açorianos que ocuparam pequenas propriedades ao sul da colônia.

Essa estrutura colonial latifundiária, conforme o Autor, comporá a “célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social”.(PRADO Jr. 2008).

Apesar do monopólio da Coroa sobre o comércio e do seu controle sobre os tributos e forças armadas, os sesmeiros apresentavam grande autonomia política, uma vez que o poder deles estava constituído através das Câmaras Municipais - maiores representantes do poder colonial.

Mais que a estrutura econômica do Brasil, Caio Prado Jr. aponta a incorporação das três principais etnias formadoras da sociedade brasileira como característica fundamental à compreensão de nossa formação social e territorial, principalmente quando, respeitando a geopolítica metropolitana, considera o modo como cada etnia foi introduzida no processo de colonização.

Segundo a análise de Caio, a escravidão adotada na América no início do século XVI não pode ser comparada a nenhum outro trabalho servil ocorrido até então. A escravidão brasileira não resultou, como a do mundo antigo, de um processo histórico ou social, antes, foi inserida de maneira vil como um recurso capaz de possibilitar aos países europeus a exploração comercial do território do Novo Mundo. Sua implantação não passou de mais uma medida com bons resultados para seus empreendedores. O trabalho escravo não apenas representou a possibilidade de aumento nos lucros, como permitiu à Metrópole a ocupação efetiva do território colonial.

As tribos indígenas menos hostis foram as primeiras a servirem de mão-de-obra escrava ao colonato português. As técnicas violentas de açoite e repressão utilizadas pelos lusitanos, no entanto, estimularam os movimentos de fuga já facilitados pelo caráter nômade e pela familiaridade apresentada pelos nativos com o habitat. A criação das Leis Pombalinas e a ação dos jesuítas que protegiam os indígenas dos abusos cometidos pelos colonos aceleraram ainda mais o fim desse modo de domínio.

Os escravos africanos, por sua vez, tiveram importância fundamental na manutenção do sentido dado à colonização, uma vez que executaram a maior parte das atividades desenvolvidas na colônia. Além do mais, os africanos não tinham, como os índios, leis ou grupos religiosos que os protegessem do trabalho forçado.

A escravidão negra, segundo Caio, apareceu como o setor de maior organização da sociedade colonial, no qual era estabelecida a relação mais enraizadas do processo de colonização: a subordinação do escravo ao seu senhor. Essa relação, conforme o Autor, apesar de orgânica, foi nefasta à formação do indivíduo brasileiro, uma vez que reduziu o negro a condições meramente servis ou sexuais. (PRADO JR., 2008)

Considerados “subraças” pelos europeus, indígenas e negros africanos foram elementos que deram sustentação ao processo de colonização. Subjugados pelo açoite do feitor, os escravos serviram aos seus senhores como simples máquinas de trabalho bruto. Para Caio, “a contribuição do escravo preto ou índio na formação brasileira é, além daquela energia motriz, quase nula”. O autor reconhece a importância desses indivíduos no legado cultural brasileiro, no entanto, adverte que a influência deles se deu de maneira passiva, promovida apenas por sua presença e difusão de seu sangue na sociedade, sem qualquer intervenção ativa e construtora. Acredita ainda que a riqueza cultural desses povos foi deturpada diante do estatuto social ao qual estavam submetidos. Foram não mais que “fermento corruptor” da cultura dos dominadores. No entanto, Prado Jr. “aceita” a mestiçagem como um elemento fundamental de absorção e difusão das culturas indígenas e africanas. Segundo o autor, a miscigenação permitiu que esses povos agregassem valores sociais e morais à “cultura brasileira”⁵.

Para Caio, o negro poderia ter influenciado positivamente na constituição da sociedade brasileira, não fosse sua condição de escravo. Conforme o Autor, a maneira violenta com que negros e índios foram introduzidos ao projeto colonial português levou-os a uma “ausência de nexos moral”.

Raças e indivíduos mal se unem, não se fundem num todo coeso: justapõem-se antes uns aos outros; constituem-se unidades e grupos incoerentes que apenas coexistem e se tocam. (PRADO JR., 2008. p.339)

⁵ A noção de Cultura na obra de Caio Prado Jr. não trabalha com uma concepção antropológica de “Cultura”. Segundo Victoriano (2001), a noção de cultura caiopradiana está associada a “um conjunto de valores sociais, morais e com os conhecimentos técnicos de domínio da natureza (VICTORIANO, 2001. p.74).

Para Melo, a inclusão da categoria “raça” nas análises de Caio se deu como um critério de identificação cultural e não apenas como uma determinação somática. Essa teria sido, segundo o autor, uma das grandes contribuições de Prado Jr. para a superação do discurso ideológico dominante que marcou a produção intelectual anterior a 1930 e que concebia raça como um conceito que expressava a oposição social entre o branco e o negro. (MELO apud D’INCAO, 1989)

Caio aponta a escravidão e a indolência indígena⁶ como fatores responsáveis pela preguiça e ócio difundidos entre os indivíduos de nossa sociedade. A lassidão indígena foi, segundo o Autor, considerada por alguns colonizadores o elemento responsável pelo vagaroso desenvolvimento de algumas regiões, principalmente onde a presença do autóctone foi mais marcante. Dessa forma, salvo as grandes propriedades, o teor econômico das demais regiões cresceu suficiente apenas para não perecer à mingua.

Cabe aqui salientar que Prado Jr. utiliza-se de denominações aparentemente depreciativas ao se referir ao negro e ao indígena como raças inferiores, no entanto, até os anos 1930 era recorrente entre os intelectuais o uso da expressão “inferior” para se referir às posições subalternas na hierarquia social, econômica ou étnica (SECCO, 2008). Também o uso de expressões como boçais, bastardo e apático foi apontado por alguns, como atitude pejorativa, típica de indivíduos de ideologia liberal conservadora. No entanto, outros intelectuais, como Francisco Iglésias, interpretam esses termos como “aparentes deslizos” ou “cochilos do autor”, decorrentes da ausência de uma revisão mais criteriosa. Há ainda aqueles que atribuem esses termos pejorativos a uma mentalidade preconceituosa inconsciente. (VICTORIANO, 2001).

Segundo Caio os indivíduos livres e destituídos de recursos financeiros tinham, de maneira geral, opções de trabalho bastante restritas. Tal grupo encontrava-se entre dois importantes estratos da sociedade: os senhores de terras, dirigentes da colônia; e os escravos, massa trabalhadora. Caboclos, negros

⁶ Caio Prado Jr. reconhece que esta indolência do índio brasileiro é comum àqueles indivíduos submetidos a um sistema avesso ao seu, não estando, portanto, vinculada a etnia indígena.

fugidos, índios e até mesmo brancos compunham a massa de miseráveis que, não obstante a sua condição precária, resistia a qualquer tipo de trabalho braçal. Com exceção dos imigrantes do sul do Brasil – para quem o trabalho braçal fazia parte de sua cultura – o trabalho físico era compreendido por grande parte da população livre como função exclusiva de escravos e, por mais precária que fosse sua condição, resistiam a qualquer tipo de atividade braçal. Esse envilecimento do trabalho manual foi mantido por longos tempos e integraria o caráter coletivo do brasileiro até a década de 1930, quando a indústria exigiu mudanças na mentalidade coletiva.

Dessa forma, aos trabalhadores livre restavam poucas atividades. Podiam desempenhar algumas funções rurais, tais como as de feitor ou mestre de engenho; certas atividades urbanas, como caixeiro ou negociante; ou ainda determinadas funções públicas – quando, é claro, a brancura lhes permitia. Os “agregados”, por sua vez, viviam a se submeter às vontades dos senhores de terras que, em troca, lhes ofereciam sustento. A igreja, como não poderia deixar de ser, também aparecia como possibilidade de estudo e emprego. Muitos eram os mestiços que optavam pela vida eclesiástica.

Também havia os “vadios”, indivíduos que ficavam perambulando em busca de algo que os sustentasse naquele momento. Nas cidades, a presença do “vadio” era ainda mais emblemática, uma vez que desencadeava movimentos e reivindicações contra a ordem vigente, principalmente no período de transição para o Império. Muitas vezes, foram utilizados como massa de manobra para promover as mudanças políticas desejadas por uma pequena elite manipuladora. Tais transformações, como veremos adiante, restringiram-se ao setor político, não significando qualquer alterações na estrutura social. Essa grande massa desorientada continuou, após a independência do Brasil, à margem das decisões políticas e das relações sociais.

É naquele elemento desenraizado da população brasileira que se recrutará a maior parte da força armada para a luta das facções políticas que se formam; e ela servirá de aríete das reivindicações populares contra a estrutura maciça do Império, que apesar da

força do empuxo, resistirá aos seus golpes. (PRADO Jr., 2008, p.283).

Os indivíduos considerados vadios foram resultado da própria estrutura colonial. Como visto anteriormente, a grande lavoura não permitiu a ampliação de atividades alheias a ela. Logo, quem não estivesse diretamente envolvido com a produção agrícola, estava necessariamente excluído da ordem social e econômica vigente.

O caráter instável das principais atividades desenvolvidas na colônia também contribuiu para o crescimento da massa de desgarrados. Com o objetivo de satisfazer as necessidades da Metrópole, os colonizadores não tiveram a preocupação de criar nem estruturas sociais, nem bases econômicas estáveis à população brasileira. Como resultado, a decadência das atividades norteadoras da economia colonial promovia a desagregação dessa parcela considerável da sociedade que perdia as bases de sua subsistência.

Tal estrutura social calamitosa, fruto da própria organização econômica da grande lavoura, engendrou relações sociais frágeis e primárias. Os laços econômicos e sexuais, ao contrário do que se esperava, eram os fatores que mantinham a integridade social.

(...) de um núcleo central organizado, cujo elemento principal é a escravidão; e envolvendo este núcleo, ou dispendo-se nos largos vácuos que nele se abrem, sofrendo-lhes mesmo, em muitos casos, a influência da proximidade, uma nebulosa social incoerente e desconexa. (PRADO JR., 2008. p.340)

Essa realidade social foi responsável, segundo Caio, pela ausência de uma efetiva base moral cristã e familiar na sociedade brasileira. As migrações solitárias europeias – formadas por um número significativo de “degredados” que vinham compor parte da população “livre”, porém, excluída –, aliadas à escravidão e à instabilidade econômica de grande parte dos indivíduos livres, contribuíram para os desvios sexuais difundidos no período colonial.

A larga disseminação da prostituição também serviu como estímulo à vida libertina. Comum tanto nas grandes aglomerações coloniais quanto nos pequenos

povoados, essa prática era tida como uma das poucas possibilidades de sobrevivência de mulheres marginalizadas da sociedade colonial.

Nas casas-grandes, ao contrário do que as aparências sugeriam, as relações consideradas familiares não passavam de um universo promíscuo, indisciplinado e imoral, resguardado apenas por uma obediência às hipócritas regras patriarcais. Sua função normatizadora da sociedade e do indivíduo, na realidade, não existia.

A religião, por sua vez, que na teoria poderia moralizar a vida colonial, apenas incutiu um amontoado de valores. Grande parte dos representantes religiosos estava preocupada em recolher os tributos clericais, não se incomodando, por exemplo, com a instrução religiosa de seus fiéis.

Caio assim sintetiza o Brasil do período colonial: “incoerência e instabilidade no povoamento, pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes, inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos.” (PRADO JR., 2008).

Entre as bases orgânicas de nossa sociedade, o autor destaca o “clã patriarcal⁷”, estrutura social resultante do próprio regime econômico adotado. A grande lavoura – que tinha como núcleo seu proprietário e sua família – acabava por atrair boa parte da população da colônia, em especial os agregados seduzidos pelo poder e pela riqueza dos senhores de terras.

O grande proprietário, como dito anteriormente, aparecia como a principal autoridade local, ocupando os cargos nas Câmaras Municipais. Eram os “homens bons”. Eles exerciam grande influência sobre as pessoas que viviam sob seu domínio. Fortalecidos pela presença inexpressiva da administração pública portuguesa, esses latifundiários promoveram o que acabou sendo conhecido como “mandonismo local⁸”. A própria Igreja – segunda esfera administrativa da

⁷ “Unidade em que se agrupa a população de boa parte do país, e que, na base do grande domínio rural, reúne o conjunto de indivíduos que participam das atividades dele ou se lhe agregam; desde o proprietário que do alto domina e dirige soberanamente esta pequena parcela de humanidade, até o último escravo e agregado que entre para sua clientela. Unidade econômica, social, administrativa, e até de certa forma religiosa.” (PRADO JR, 2008. p. 284)

⁸ “Característica da política tradicional”, baseada nas estruturas oligárquicas locais e representadas por indivíduos que exercem a função do mando, podendo ser exercida, por exemplo, pelo coronel. (CARVALHO, 1997).

colônia – reconhecia-os como representantes efetivos do poder. Os sacerdotes ficavam submetidos aos desígnios desses mandatários. “Capela de engenho ou fazenda e seu capelão; igreja de freguesia próxima e seu pároco, que encontram no grande domínio a maior parte de sua clientela (...)” (PRADO JR. 2008. p.285). E o latifúndio, progressivamente, passa de simples unidade produtiva à base da sociedade colonial, de onde se origina a “grande família patriarcal brasileira”.

É o contato prolongado, que se repete ao longo de gerações sucessivas, que vai modelando as relações internas do domínio e vestindo-as de roupagens que disfarçam a crueza primitiva do domínio escravocrata. O senhor deixará de ser o simples proprietário que explora comercialmente suas terras e seu pessoal; o escravo também não será mais apenas a mão-de-obra explorada. Se trabalha para ele, e até forçado pelo açoitado do feitor ou o tronco da senzala, também conta com ele, e dele depende para os demais atos e necessidades de sua existência; toda ela se desenrola, do nascimento à morte, frequentemente por gerações sucessivas, na órbita do senhor e do seu domínio (...).(PRADO JR., 2008. p.286).

Esse vínculo patriarcal e paternalista, estabelecido entre senhores de terras e seus subordinados, amenizava o poder absoluto do primeiro – ao tornar as relações entre ambos, mais humanas – ao mesmo tempo em que ampliava seu poder persuasivo. Os grandes proprietários eram visto como protetores e conselheiros. Segundo Caio, essas relações tornaram-se cada vez mais íntimas. O autor, como muitos outros intelectuais, ao utilizar o conceito “paternalismo” transmite ao leitor a ideia de relação social harmoniosa entre dominantes e dominados, como pode se observar no trecho abaixo:

Há mesmo um rito católico que se aproveitará para sancionar a situação e as novas relações: o testemunho nas cerimônias religiosas do batismo e do casamento, que criarão títulos oficiais para elas: *padrinho, afilhado, compadres*. (PRADO JR. 2008. p.287).

Essa organização social foi marcante em várias regiões do Brasil. Tanto nas lavouras de açúcar, algodão ou tabaco, quanto nas minas auríferas e

diamantíferas e nos domínios pastoris encontrava-se a forte presença da aristocracia brasileira.

Vale salientar que, nessa sociedade de bases escravocratas não era possível reconhecer, em cada indivíduo, um cidadão. A própria condição de escravo e de mercadoria cerceava direitos políticos e as vontades individuais eram completamente ignoradas pelo poder vigente. A relação estabelecida entre a grande massa de escravos e a sociedade colonial impedia a existência de uma unidade e, portanto, de uma identidade. Como consequência, aprofundava a segregação entre escravos e não-escravos.

Percebe-se, portanto, que as relações escravocratas vão além da casa-grande e senzala. Marcam, sobretudo, a estrutura social e política do Brasil. Criando, assim, uma identidade a partir da diferenciação. Os indivíduos se reconhecem na condição de homens livres em oposição à de escravo. Não raro, são estabelecidos elos identitários que agregam senhores de terras e trabalhadores livres em uma mesma comunidade de interesses. O compadrio aparece como o principal laço de onde emergem relações clientelistas. O clientelismo, por sua vez, está diretamente relacionado às relações entre atores políticos que envolvem concessões e benesses públicas.

Com base no compadrio se estruturam redes de clientelas, em cujo ápice assenta-se a figura do líder local ou regional: o coronel ou o caudilho. Essa rede alimenta-se do favor e das obrigações de obediência pessoais, compondo o essencial do tecido político de muitos Estados periféricos (...). (MORAES, 2005. p.80).

As relações clientelistas aparecem como um ponto chave para a estrutura de poder e autoridade em uma sociedade. Estas relações constituem o atendimento a demandas específicas (...) relacionadas às áreas restritivas de interesse, que consiste no controle e utilização de cargos públicos, verbas e influência. (CASTRO, 1992. p.118).

Segundo Dias, a diversidade nas práticas patriarcalistas indicadas por Caio ao longo de sua obra permite vislumbrar a diversidade regional existente no Brasil durante o período colonial. O patriarcalismo era mais severo na região nordeste, onde a hierarquia social era mais profunda, abrandando-se ao sul de Minas, no

sertão pecuarista e nas áreas mineradoras. As regiões voltadas à pecuária, por exemplo, apresentavam particularidades condizentes com as condições locais. O número reduzido de empregados e escravos, a grande autonomia dos vaqueiros e a maior mobilidade espacial dos trabalhadores limitavam o poder do proprietário rural. Nessas regiões, a democratização das relações estabelecidas entre proprietários e subordinados desfavoreceu as práticas paternalistas; contudo, o domínio exercido pelos senhores de terras na vida econômica, social e administrativa continuava sendo o mesmo encontrado nas áreas das grandes lavouras. (DIAS apud D'INCAO, 1989).

Caio apresenta os centros urbanos como verdadeiras extensões do meio agrícola, inclusive no que se refere aos detentores do poder local. O pequeno grupo de comerciantes que se somava à efetiva e acanhada população citadina, sustentava seu domínio sobre o povo em virtude de sua condição de grande produtor agrícola, ou seja, o comércio que exerciam nada mais era que uma atividade complementar à sua condição de grande agricultor. Mesmo nas maiores aglomerações urbanas, apesar da existência de juizes letrados, autoridades administrativas e militares, o poder político era exercido por esses homens que tinham apoio incondicional da população por eles subjugada.

É assim extremamente simples a estrutura social da colônia (...). Reduz-se em suma a duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infraestrutura econômica – a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola – deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários, e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida. Há naturalmente no seio desta massa gradações (...) mas elas não são contudo bastante profundas para se caracterizarem em situações radicalmente distintas. (PRADO JR. 2007. p.29).

Cabe aqui destacar que Caio, ao longo de seus estudos, pouco enfatiza o meio urbano. Como o Autor buscava combater as teses do feudalismo no Brasil, suas atenções estavam voltadas principalmente para o meio rural brasileiro. No entanto, em sua obra é possível não só vislumbrar quem construiu e constituiu os meios urbano e rural no Brasil, mas também identificar como foi possível, em uma

economia predominantemente agrária, surgir núcleos urbanos que, interagindo com o campo, deram origem a uma divisão interna do trabalho e a um mercado unificado de capitais, bens e força de trabalho. (SZMRECSÁNYI apud D'INCAO, 1989).

Nota-se que o contingente rural e urbano de que trata Caio estava sob o domínio do pequeno grupo de proprietários de terras que, sem dúvida, foi favorecido pela estratégia de colonização adotada pela Coroa Portuguesa. A descentralização política ajustou-se à necessidade de uma colonização a partir de recursos particulares, sem a ingerência financeira portuguesa. As Câmaras Municipais, assim como as eleições, também eram dominadas pelos grandes proprietários. O direito ao voto, por exemplo, restringia-se aos “homens bons”. Mesmo os homens livres, como mecânicos ou mercadores, eram excluídos das decisões políticas. Até meados do século XVII, no Estado Colonial, cada Câmara defendia os interesses particulares dos proprietários, numa clara confusão entre o público e o privado, fato ainda observado, infelizmente, nos desdobramentos políticos atuais.

É com a organização política de que dispõem que conseguem manter na sujeição, explorando o seu trabalho, a grande massa da população, escravos e semiescravos.(...) Ele (o poder político) é por isso necessariamente disperso. Em cada região, é a câmara respectiva que exerce o poder. Formam-se assim sistemas praticamente soberanos, regidos cada qual por uma organização política autônoma. (PRADO JR, 2007. p.32).

Com colonização completamente distinta àquela estabelecida na maior parte da colônia, no litoral de Santa Catarina – colonizada por açorianos – tinha uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, onde raramente se observava a exploração do trabalho escravo. A homogenia étnica e a igualdade de condições entre os indivíduos faziam desta sociedade uma das mais independentes e menos hierárquicas da Colônia.

Ao final do século XVII e início do XVIII, o Brasil foi acometido por mudanças em suas estruturas econômicas e políticas. A decadência do comércio dos produtos agrícolas e o desenvolvimento das atividades comerciais por meio

de mercadores portugueses promoveram o declínio do poder aristocrático ruralista.

A monarquia portuguesa, então, a partir da descoberta de metais preciosos nas minas, tornou mais rígida a política exercida pelos representantes reais e cerceou as atribuições das Câmaras Municipais, fortalecendo a tendência de centralização política na Colônia. As repressivas políticas portuguesas, impostas pós-Restauração, em 1640, recuperaram a economia da metrópole por meio de uma maior exploração colonial. A condição mediadora assumida pela Coroa diante das trocas mercantis entre o Brasil e o mundo tornou ainda mais contundente as relações Colônia/Metrópole.

As Companhias de Comércio, autorizadas pelo Conselho Ultramarino, intensificaram as atividades comerciais durante esse período. Elas impuseram o monopólio sobre os produtos coloniais e afastaram os comerciantes brasileiros deste tipo de atividade. Esse pequeno e significativo grupo burguês passou a contestar os prestígios dos ruralistas e a aparecer em cargos de prestígio junto ao cenário político das Câmaras Municipais de então. Com a maior atuação da Metrópole portuguesa na política colonial, as atribuições dos homens detentores do poder então instituído foram cerceadas pelos governadores e outros funcionários reais. Segundo Caio,

Esta transformação, que se define pela maior penetração econômica da metrópole, repercute no terreno político pelo desaparecimento gradual da nossa autonomia local do primeiro século e meio da colonização. Desloca-se a autoridade das mãos dos proprietários territoriais, a antiga classe dominante, para as da Coroa portuguesa. (PRADO JR., 2007. p.44).

O Brasil, no entanto, ao ser reconhecido por Portugal como um conjunto de colônias ou províncias que compunham a monarquia portuguesa, não teve sua unidade territorial reconhecida geográfica e oficialmente, a não ser pelos títulos honoríficos atribuídos ao Vice-Rei do Rio de Janeiro. Apesar da aparente centralização política, o Brasil continuou tendo por bases políticas as estruturas regionais.

As capitanias compunham a maior unidade administrativa da colônia e tinham no “governador” seu comandante supremo, o qual respondia apenas ao Governo Geral da Metrópole. Apesar de estarem constantemente ocupados com suas funções militares, os Governadores ainda eram os responsáveis pela administração geral da capitania e enfrentavam muitas dificuldades, quer pela criação de órgãos (tais como as *Intendências do Ouro* e dos *Diamantes*, ou ainda as *Mesas de Inspeção*), quer pela indisciplina encontrada nos diversos setores sociais. Essa situação, não raro, foi intensificada por três fatores em especial, a saber: pela grande extensão territorial, pela composição social heterogênea e pela distribuição caótica da população.

Nota-se, portanto, que a política do Brasil durante seu período colonial foi marcada pelo patrimonialismo, ou seja, pela ligação intrínseca entre o poder do Estado e o poder privado. A Coroa Portuguesa centralizou o poder sobre a administração da Colônia através de vice-reis, capitães-generais entre outros, ao mesmo tempo em que distribuiu seu patrimônio à particulares em troca de auxílio e lealdade no processo de colonização. O patrimonialismo abriu espaço para um sistema de trocas e favorecimentos entre o Estado e os proprietários de terras. Esse sistema, como foi visto, deu início às práticas coronelistas e ao regionalismo.

4.2 O período monárquico e a efetivação da figura do coronel na sociedade brasileira

Apesar de os três primeiros séculos não apresentarem mudanças relevantes à estrutura social do Brasil-Colônia, o século XVIII exibiu uma sociedade mais complexa. A estrutura colonial não resistiu às transformações que, ao longo do tempo, foram se efetivando na Colônia. O resultado do conjunto dessas forças contrárias ao sistema colonial não poderia ser outro: a Independência política.

Como transformação política, a chegada da Coroa Portuguesa no Brasil foi apresentada por Caio como uma das grandes responsáveis pelo processo de emancipação nacional – diferente de qualquer outro ocorrido no continente americano. Ao contrário das colônias espanholas, que conquistaram sua independência política através da luta, a condição de sede da monarquia fez com que a própria Coroa Portuguesa cedesse às pressões existentes. Para Caio, o período entre a chegada dos regentes portugueses e a proclamação formal de independência não pode ser considerado um momento pertencente à fase colonial.

Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o regente aboliu *ipso facto* o regime de colônia em que o país até então vivera. Todos os caracteres de tal regime desaparecem, restando apenas a circunstância de continuar à sua frente um governo estranho. (PRADO, 2007. p.47).

Entre as transformações econômicas que marcaram o Brasil nessa época, Caio destaca a abertura dos portos brasileiros aos produtos ingleses. Ela pôs fim a um longo período de monopólio comercial português. Isso, vale dizer, afetou diretamente a classe burguesa que, perdendo o controle sobre o comércio, opôs-se à ordem vigente e posicionou-se a favor do retorno da segregação socioeconômica da velha ordem colonial. A elite agrária local, como era de se esperar, igualmente se posicionou contra a Coroa. Apoiava o movimento de independência política a fim de reconquistar o domínio por ela perdido. O processo de independência também permitiu que contradições econômicas e sociais – antes mantidas sob as rédeas do colonialismo – viessem à tona em agitações com forte participação da massa destituída de direitos.

(...) Assim, as profundas diferenças sociais que separavam entre si as classes e os setores sociais, relegando a massa da população para um ínfimo padrão de vida material e desprezível estatuto moral. São ainda as contradições de natureza étnica, resultando da posição deprimente do escravo preto, e, em menor escala, do indígena, o que dá no preconceito contra todo indivíduo, mesmo livre, de cor escura. É a grande maioria da população que é aí atingida, e que se ergue contra uma organização social que além

do efeito moral, resulta para ela na exclusão de quase tudo quanto de melhor oferece a existência na colônia. (PRADO, 2007. p.49).

Esses movimentos oposicionistas à Coroa eclodiram com intensidade no momento da Revolução Constitucionalista, em 1820. A agitação da massa suprimiu os governos locais, que foram substituídos por juntas eleitas e pelo regime constitucional. Para Caio, a evidente heterogeneidade de interesses e de reivindicações no processo revolucionário demonstra o caráter complexo e contraditório do momento político vivenciado pelo Brasil do período.

(...) Encontramos nela, como vimos, forças reacionárias que não pensam senão no retomo do país ao seu passado colonial e de segregamento econômico e comercial. Ao lado destas forças alinham-se paradoxalmente outras, em particular as classes superiores da colônia que esperavam, pelo contrário, consolidar, com a revolução e o estabelecimento de um regime constitucional, as vantagens, liberdades e autonomia adquiridas pelo Brasil nos anteriores anos de governo quase próprio e que tanto os favorecera. Encontramos, finalmente, as referidas forças populares, as camadas oprimidas da população brasileira que enxergavam na constituição que lhes era oferecida perspectivas de libertação econômica e social. (PRADO, 2007. p.50).

Nesse embate de interesses entre estas três forças, as vontades do “Partido Brasileiro” - composto pela aristocracia rural - foram mitigadas. Os comerciantes não conseguiram deter os movimentos de independência. A massa popular, por sua vez, era, segundo Caio, politicamente imatura e desorganizada para fazer imperar suas exigências. Apesar da movimentação política, a condição colonialista ainda se encontrava consolidada no âmago de nossa sociedade. Não houve alteração substancial da estrutura socioeconômica brasileira: a pequena minoria de brancos, senhores de terras, contrapunha-se à grande parte da população e essa não exercia outra função a não ser a de mão-de-obra barata.

Segundo Moraes, o Brasil consolidou-se como Estado não a partir de uma sociedade coesa e com forte vínculo identitário, mas, como uma extensa e pouco explorada porção territorial. (MORAES, 2005).

Caio reconhece que a Independência do Brasil resultou de um crescimento econômico inconciliável com a condição colonial a que o Brasil estava submetido.

No entanto, o Autor atenta para o caráter de “arranjo político” que revestiu o processo de independência e que culminou no domínio político das classes mais abastadas e na exclusão popular da nova ordem política.

Os meses que medeiam da partida de d. João à proclamação da Independência, período final em que os acontecimentos se precipitam, resultou num ambiente de manobras de bastidores, em que a luta se desenrola exclusivamente em torno do príncipe regente, num trabalho intenso de o afastar da influência das cortes portuguesas e trazê-lo para o seio dos autonomistas. (PRADO JR., 2007. p.52).

A ausência efetiva da população no processo que conduziu à Independência permitiu que o poder fosse por completo dominado pela elite política-econômica da ex-colônia. Isso, justamente com outras transformações, segundo Caio, não representou, porém, a superação do estatuto colonial a que o Brasil se encontrava submetido. Sua organização política e social continuou respeitando o “sentido da colonização” adotado pelos portugueses.

(...) O Brasil existia para fornecer-lhe ouro e diamantes, açúcar, tabaco e algodão. Assim entendia as coisas se assim praticava. Todos os atos da administração portuguesa com relação à colônia têm por objetivo favorecer aquelas atividades que enriquecem o seu comércio, e pelo contrário opor-se a tudo mais. Bastava que os colonos projetassem outra coisa que ocupar-se em tais atividades, e lá intervinha violentamente a metrópole a chamá-los à ordem (...). (PRADO JR., 2008. p.124-125).

Caio atenta para o caráter contraditório da percepção acerca da escravidão por parte da sociedade brasileira do período. Segundo o autor, o trabalho escravo foi tomado pela opinião pública como um “mal necessário”, uma vez que a escravidão, mesmo depois da Independência, continuava a ser a base de sustentação da economia brasileira.

Tal posição dúbia explica aliás a atitude incoerente e contraditória das opiniões da época: enquanto se critica a escravidão, sustenta-se energicamente sua manutenção; reconhecem-se seus males, mas raros ousam ainda combatê-la francamente e propor medidas efetivas e concretas para sua extinção. (PRADO JR., 2004. p.143).

O projeto constitucional elaborado pela Assembleia em 1823 sintetizou as condições políticas estabelecidas a partir da Independência. Apesar de não ter passado de um projeto, Caio atenta para a importância de analisar as premissas constitucionais, uma vez que permitem vislumbrar “o modo de sentir dos constituintes”. (PRADO JR., 2007).

Prado Jr. evidencia que, apesar de ter sua base na legislação europeia – tendo em vista a forte influência francesa sobre a elite intelectual e política brasileira –, o projeto de constituição de 1823 levou em consideração, apenas, os interesses da elite agrária. Foram introduzidas ao projeto características peculiares como o xenofobismo e as restrições aos estrangeiros; a limitação do poder do Imperador, que buscava valorizar a soberania nacional em detrimento a do monarca; o forte caráter classista, com a discriminação dos direitos políticos; e, por último, a ampla liberdade econômica e profissional, com o fim dos monopólios e privilégios. Caio atenta para o caráter classicista da Constituição de 1823, uma vez que ela não abordou questões relevantes para a sociedade brasileira como, por exemplo, o regime de trabalho escravo. (PRADO JR., 2007).

O sucesso do movimento conservador, continuísta e aristocrático do Brasil independente dependeu da capacidade de articulação do Estado imperial em agregar as elites brasileiras e garantir seus interesses no cenário internacional. O Império tinha ainda por função assegurar a unidade territorial e reprimir as rebeliões de cunho separatistas que emergiram pelo Brasil.

Segundo Magnoli, essa integração nacional foi possível graças a uma junção de fatores internos e externos, entre eles o interesse britânico no mercado consumidor brasileiro e o interesse aristocrático na manutenção do escravismo. Para Magnoli, “essa trajetória de construção da unidade territorial contrasta com o processo disruptivo que fragmentou a América hispânica em uma coleção de repúblicas oligárquicas.” (MAGNOLI, 1997. p.84).

A manutenção de muitas características do período colonial nesse novo momento político do Brasil permitiu a coesão territorial. A adoção da Monarquia e a preservação do poder com os Braganças, por exemplo, foi, segundo Moraes,

uma manobra política que evitou maiores desavenças com Portugal. Além do mais, o trabalho escravo é apontado como uma forma de manter a integridade territorial através da coesão regional, uma vez que, independentemente da região, a base econômica e social estava centralizada na escravidão. Essa, no entanto, apareceu como um obstáculo à pretensa identidade da nação que acabou de nascer. A oligarquia, então, aproveitando o poder regional que exercia, passou a forjar uma identidade nacional baseada no território e não no povo. (MORAES, 2005)

(...) começa a tomar corpo uma concepção que vai identificar o país não com sua sociedade mas com seu território. Isto é, o Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não uma comunidade de indivíduos mas como um âmbito espacial. (MORAES, 2005. p.93).

Foi essa concepção de nacionalidade que daí em diante norteou as políticas oligárquicas regionais do recém-formado Estado brasileiro e foi ela também que permaneceu até a consolidação do poder republicano no Brasil. A pretensão de construir o país passou, então, a ser encarada como um “projeto nacional comum” que se sobrepôs aos interesses locais. A construção do novo país passou a ser utilizada como legitimadora das ações do Estado e abriu espaço para uma série de consequências bastante úteis para o exercício do poder público e do privado.

Passados os primeiros momentos da Independência, os membros do partido português retomaram o movimento para reaver o poder e recolonizar o Brasil. Para tanto, viram no Imperador um importante aliado e, em troca desse apoio, ofereceram a ele poder absoluto, contrário ao que vinha sendo proposto pelos membros do partido brasileiro, que limitavam o Imperador a um papel meramente “decorativo de soberano constitucional”. (PRADO JR., 2007).

O combate à reação portuguesa era feito, no entanto, por grupos com tendências divergentes: de um lado tinha-se a classe abastada dos proprietários rurais socialmente conservadora e contrária à política dominante do Imperador; do outro, havia os democratas radicais, que representavam as classes populares ansias por reformas sociais profundas.

A situação de prejuízo e abandono colocou a grande massa de trabalhadores em uma posição radical diante do processo de Independência. Segundo Caio, mesmo propondo uma divisão igualitária de toda a riqueza, os líderes das classes menos abastadas não tinham uma compreensão nítida do processo social, limitando-se a aspirações confusas e sem bases econômicas e sociais sólidas. Apresentavam uma “linguagem demagógica e jacobina, emprestada dos revolucionários franceses de 1789 (...)”. Para Caio, esses radicais aguardavam os mandos das classes mais abastadas que, por sua vez, utilizavam o grupo na luta contra a recolonização. Essa dependência fez com que, após a abdicação de D. Pedro, os radicais abandonassem a revolução e aceitassem a ordem conservadora. (PRADO JR., 2007).

Ao deixar o trono, D. Pedro I acabou por resolver o impasse que marcou todo o período do Primeiro Reinado: o destino da nova nação. A revolta de 7 de abril consolidou de vez a autonomia política brasileira, ou seja, solidificou o estado nacional.

O momento que segue à abdicação de D. Pedro é considerado como um dos mais agitados da história política do Brasil. As revoltas do período regencial colocaram em debate a questão da unidade territorial brasileira, a centralização do poder, a organização das forças armadas e a autonomia provincial. (FAUSTO, 2006).

Nesse cenário, as diversidades de interesses continuavam colocando uns contra os outros importantes setores da sociedade. Os portugueses – ou caramurus – apoiavam o poder absolutista e, apesar de se encontrarem bastante desarticulados e distantes de atingir o objetivo de recolonizar o Brasil, não desapareceram do panorama político nacional. O movimento de resistência ao poder absolutista do Imperador prosseguia dividido entre dois grupos: os liberais, que dominavam o poder e era composto pela elite brasileira; e os exaltados, composto pela grande massa de homens livres.

O período regencial apresentou uma constante luta pelo controle político. Segundo Caio, as tomadas de poder através dos movimentos armados e das reações revolucionárias (que ocorreram em diversos pontos do território brasileiro)

foram marcados por uma situação comum: a classe que atinge o poder torna-se reacionária e passa a perseguir e reprimir os membros das classes inferiores que anteriormente a apoiaram. Além disso, a falta de comunicação entre os diversos movimentos sociais desse período da história do Brasil impediu que os mesmos ultrapassassem a tomada de poder local e ampliassem a revolução para escalas maiores de domínio.

O fracasso das classes populares nessas revoluções é atribuído por Caio à “atitude revolucionária inconsequente das camadas inferiores”. O Autor atribui ao baixo nível intelectual e às profundas rivalidades tribais dos escravos a responsabilidade da imaturidade e desorganização política da grande massa de escravos.

Privados de todos os direitos, isolados nos grandes domínios rurais, onde viviam submetidos a uma disciplina cujo rigor não reconhecia limites, e cercados de um meio que lhes era estranho, faltavam aos escravos brasileiros todos os elementos para constituírem, apesar do seu considerável número, fatores de vulto no equilíbrio político nacional. (PRADO JR., 2007. p.67-68).

Quando Caio trata das classes médias e inferiores que compunham a população livre, aponta a ausência de uma coesão social e divergências de interesses como as causas da incapacidade de uma atuação política significativa. Para o autor, as forças populares apresentavam-se mais uma vez politicamente imaturas, fato que impediu que suas reivindicações fossem efetivamente atendidas. Caio destaca como, apesar da insurgência popular que marcou o período, a cisão em classes manteve-se bastante evidente e inalterada.

Quanto às camadas populares, elas não se encontravam politicamente maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações; nem as condições objetivas do Brasil eram ainda favoráveis para sua liberação econômica e social. Daí, aliás, a descontinuidade e falta de rumo seguro nos seus movimentos, que, apesar da amplitude que por vezes atingem, não chegam nunca a propor reformas e soluções compatíveis com as condições do país. As relações de classes existentes, e contra que se insurgiam, ainda se encontravam solidamente alicerçadas na estrutura econômica fundamental do Brasil (...) (PRADO JR., 2007. p.50-51).

O caráter imaturo e a falta de comando ideológico das revoltas justificam a ausência de questionamentos mais precisos quanto às condições sociais existentes no Brasil. Apesar da grande participação popular, temas como a escravidão não foram devidamente arguidos.

A fim de diminuir as atribuições dos órgãos monárquicos, o governo regencial tomou diversas medidas que aumentaram mais ainda o poder das autoridades locais. São elas: a criação do Código de Processo Criminal em 1832 que atribuiu aos juízes de paz – eleitos nas localidades – o poder de prender e julgar pessoas; a criação das Assembleias Provinciais formada por políticos regionais que tinham como atribuição contratar e demitir funcionários públicos; e a formação da Guarda Nacional, em 1831, com o intuito de organizar um grupo armado composto por “homens confiáveis” dispostos a se posicionar contrários aos abusos do governo central e às reivindicações dos grupos revolucionários. É nesse contexto que nasce uma importante figura política regional do Brasil: o coronel.

Segundo Carone, a Guarda Nacional, criada em 1831, pelo padre Diogo Antônio Feijó estabeleceu em cada município um regimento, no qual o posto de Coronel era atribuído ao chefe político da comuna, ou seja, a grandes fazendeiros, importantes comerciantes ou industriais. A população passou a tratar como “coronel” todos aqueles que exerciam poder de mando. (CARONE, 1971).

Leal afirma que a nomeação dos coronéis não perdurou com o advento da República. No entanto, na prática, o coronel – como líder político – não desapareceu, uma vez que essa denominação, introduzida no imaginário do sertanejo, continuou a definir àquele que exercia o poder local. Sendo assim, apesar do coronelismo ser, segundo Victor Nunes, uma prática política própria da República Velha, nasce durante o período Regencial. (LEAL, 1975).

Esse modelo de poder, baseado nas oligarquias regionais, foi fortalecendo-se ao longo da História do Brasil. Iniciou-se no período colonial, com as práticas de mando exercidas pelo grande senhor de terras, passou pelo período regencial, com os coronéis, e se aprofundou com o federalismo regional da primeira república – como será tratado a seguir. Nesse sentido, afirma Moraes (2005):

(...) A formação do Estado muitas vezes sustentou-se num pacto em torno de um projeto 'nacional' voltado para o futuro. Um pacto que amarrava as elites das regiões coloniais incorporadas no novo território num compromisso político comum, o qual teve sempre por fundamento supremo a reprodução do poder de mando dessas próprias elites sobre seus espaços de dominação, o que acarretava numa séria limitação para o referido projeto, no que diz respeito a mudanças substanciais na estrutura da sociedade. (MORAES, 2005. p.82).

Essa oligarquia agrária, a fim de garantir a legitimidade do novo Estado Nacional e desconfiada da capacidade dos governos regenciais, reorganizou em torno da monarquia o poder político brasileiro a partir do golpe da maioria atribuindo ao jovem D. Pedro II o papel de monarca brasileiro. Para Leal, os líderes políticos do período monárquico perceberam que:

(...) num país grande como o nosso, de características geográficas e econômicas tão diversificadas, se as províncias fossem dotadas de amplos poderes, poderia suceder que em alguma delas o trabalho livre pusesse termo à escravidão. E como não seria possível a coexistência, no mesmo país, desses dois regimes de trabalho antagônicos, os escravocratas, que dominavam o cenário político nacional, não podiam deixar de recorrer à centralidade para resguardar, em todo o Império, a continuação da escravatura. A centralização (...) salvou a unidade nacional. Também salvou a unidade do trabalho escravo (...). (LEAL, 1976. p.78-80).

O Segundo Reinado foi marcado por momentos de grande prosperidade econômica, a sociedade brasileira negava-se a discutir temas importantes como a escravidão. De acordo com Caio, foi somente a partir de 1860 que o debate sobre a emancipação dos escravos ganha notoriedade. O tema passa a circular pela sociedade brasileira por meio de debates, panfletos, livros e artigos – produzidos inicialmente pelos intelectuais brasileiros – fortemente influenciados pela sociedade científica europeia.

O movimento abolicionista da época não chegou, no entanto, a propor a abolição absoluta dos escravos. A fim de defender os interesses econômicos dos

latifundiários e, por que não dizer, proteger seus próprios interesses, os abolicionistas propuseram o fim gradual e pacífico da escravidão.

Nesse sentido, a lei do ventre livre é interpretada por Caio como uma manobra que dificultou a evolução do movimento de abolição, uma vez que permitiu aos filhos de escravos, através do regime de tutela, ficar sob a guarda dos proprietários dos pais e, portanto, continuar submetidos aos seus senhores.

A redução no número de escravos nas grandes lavouras de café promovida pelas restrições inglesas ao tráfico negreiro causou grande impacto sobre a produção agrícola. Os recursos humanos foram insuficientes para atender a demanda, mesmo com o deslocamento dos escravos das lavouras nortistas para o sudeste.

A crise do trabalho escravo aprofundou-se ainda mais com o apoio de grande parte da sociedade brasileira ao movimento abolicionista. Até mesmo entre os proprietários de terras houve uma cisão: o grupo dos reformistas – inseridos no processo de modernização do país e favoráveis à libertação dos escravos – e dos conservadores – contrários ao processo abolicionista.

Jornais e revistas, juntamente com escravos e ex-escravos, passaram a avultar as agitações. A lei que concedeu liberdade aos cativos maiores de 60 anos, criada a fim de acalmar as reivindicações, não atingiu seus objetivos. Os revolucionários resistiram à forte repressão governamental. Até mesmo o exército se colocou a favor do abolicionismo. Foi quando, em 1888, não aguentando mais a pressão, caiu o último governo escravocrata e, com ele, a escravidão. Para Caio, a Lei Áurea foi uma tentativa de evitar o caos econômico e social.

O abolicionismo (...) nasce das condições objetivas do país, da insuficiência qualitativa e quantitativa do trabalho escravo, e por efeito disso, do acúmulo de interesses opostos à escravidão. (PRADO JR., 2007.p.99).

Nesse contexto, o governo brasileiro viu-se obrigado a retomar a tradicional política migratória, baseada na fixação do colono em pequenos lotes de terras dos que passaram a ser proprietários para garantir a mão-de-obra no país. Foi criado, também, um novo tipo de colonização baseado na fixação do colono nas grandes fazendas, onde ficaram submetidos a um regime de parceria com os proprietários

de terras. Com o passar do tempo, esse modo de povoamento evoluiu para um regime de trabalho assalariado.

Caio aponta a ausência de transformações no trato para com os trabalhadores livres – tomados por escravos – como uma das maiores causas das muitas inconveniências desse sistema.

Os proprietários, habituados a lidar exclusivamente com escravos, e que continuavam a conservar muitos deles trabalhando ao lado dos colonos, não tinham para com estes a consideração devida à sua qualidade de trabalhadores livres. (PRADO JR., 2004. p.187).

As péssimas condições a que foram submetidos os imigrantes europeus contribuíram para o fracasso desse projeto migratório. As notícias chegavam à Europa e desestimulavam a migração voluntária. Em alguns casos, os governos dos países europeus – como a Alemanha, por exemplo, – proibiram a migração para o Brasil. Sendo assim, o problema da ausência de mão-de-obra retorna às fazendas de café do sudeste brasileiro e permaneceu até 1870, quando o Brasil passa a receber imigrantes italianos. Esses italianos são fixados nas grandes fazendas não mais como parceiros, mas como simples trabalhadores assalariados. Esse modo de fixação, chamado “imigração subvencionada”, apresentou maior influência na colonização do sul do Brasil. (PRADO JR., 2004).

Baseado em tudo isso, pode-se dizer, em última instância, que o fim do período monárquico foi marcado por um conjunto de agitações políticas tais como o movimento abolicionista, os conflitos entre o Estado e a Igreja e as campanhas federalistas – cabeceadas pelas províncias que requeriam maior autonomia, pelos intelectuais e pelos militares.

4.3 A República e a efetivação do poder regional

O período iniciado com a Lei do Ventre Livre (1871) e que se estendeu até a Revolução de 1930 foi, segundo Machado, marcado por uma “redefinição da identidade nacional”. Nesse ínterim, efetivou-se a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, substituiu-se a monarquia pela república, os Estados Unidos tornaram-se o principal mercado dos produtos brasileiros e houve a expansão das vias de transporte e comunicação. Como será visto no próximo capítulo, esse período foi marcado pelo aprofundamento das diferenças regionais e pelo reordenamento do território nacional. (MACHADO, 1994).

Até meados do século XIX, houve a sustentação de algumas características políticas, econômicas e sociais. A manutenção da pequena elite agrária no poder e a estrutura social baseada no trabalho escravo são exemplos inquestionáveis desse processo. No entanto, a abolição da escravidão e a proclamação da república ao final desse século levaram a profundas transformações as estruturas sociais e econômicas do país.

Para Caio, a mudança no regime político, por certo, não agiu necessariamente na estrutura econômica e social do Brasil. No entanto, ao romper com o “artificial equilíbrio conservador do Império”, a adoção do regime republicano deixou emergir algumas perspectivas pessoais e coletivas que acompanharam o momento próspero vivenciado então no país. Sendo assim, as alterações socioeconômicas foram inerentes ao momento.

A República (...) desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. Transpunha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão. Ambos agora se acordavam. (PRADO JR., 2004. p.209).

A abolição do trabalho escravo, aliada à chegada dos migrantes europeus e à emergência de uma burguesia-agroexportadora, permitiu, enfim, a constituição de classes sociais – superando a estrutura social orgânica e inorgânica do período

Colonial. No entanto, a formação de uma República Burguesa e das classes sociais não significou a convergência de interesses dos distintos grupos que compunham a sociedade brasileira.

O momento da proclamação da República, apesar de marcado por agitações, não passou, segundo Caio, “de um golpe militar, com o concurso apenas de reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular”. Foi, antes de tudo, um acordo político envolvendo a classe mais abastada – os cafeicultores interessados em manter seu domínio político e econômico, a ala militar de tendências positivistas e a pequena elite intelectual – favoráveis à formação de um poder central forte. Nesse sentido, o sistema federalista conciliou tantos os interesses regionais quanto as pretensões nacionais. Esse sistema originou um novo ator político local, “o governador de estado”, cargo que foi normalmente ocupado pelo antigo presidente da província, ou seja, pelo coronel. (PRADO, 2007).

O Brasil, portanto, saiu de sua condição de Estado Unitarista para o de uma República descentralizada, cujos estados possuíam ampla autonomia. A aspiração por um governo federalista ao final da monarquia foi motivada pelo desigual desenvolvimento das províncias brasileiras. Os discursos das oligarquias regionais durante o período primou por legitimar a grande autonomia dos estados e por manter a unidade nacional. Os defensores da república federativa acreditavam que a autonomia estadual era de suma importância diante da desintegração e heterogeneidade do território brasileiro. “O lema adotado pelos partidos republicanos, desde 1870, sintetiza bem essa ideia: ‘Centralização – Desmembramento. Descentralização – Unidade’.” (DINIZ FILHO; BESSA, 1995. p.28).

Segundo Castro, a adoção da República Federativa no Brasil foi uma manobra política para promover o desmembramento do poder imperial, uma vez que a República brasileira seria organizada a partir de três esferas de poder: o federal, o estadual e o municipal. Acredita a autora, que o pacto federativo brasileiro permitiu apenas a convivência harmoniosa entre o centralismo federal e o mandonismo local. (CASTRO, 1997).

Como visto, os líderes locais exerceram ao longo da História do Brasil, um importante papel na política brasileira. Em contrapartida, a tradição histórica da política unitarista que marcou a formação territorial do Brasil durante todo o período colonial e imperial refletia-se de maneira bastante contundente em busca da unidade territorial. No momento da independência do Brasil, a unidade territorial foi fundamental para a manutenção da soberania sobre o território. Para tanto, os movimentos regionais foram sufocados, mesmo aqueles que não tinham pretensões separatistas.

(...) A unidade territorial e social constitui, pois, para muitos ideólogos do Estado Brasileiro, a base necessária da coesão social garantida pela adesão ao pacto da nacionalidade. (CASTRO, 1997. p.35).

Sendo assim, a maneira como foi organizada a república federativa brasileira pode ser interpretada a partir de uma aparente contradição, uma vez que fugiu, na prática, do formato político, administrativo e democrático que emergira pouco antes nos Estados Unidos e que inspirou a elite política e intelectual brasileira.

Segundo Iglésia, a Primeira República pode ser dividida em três períodos: o primeiro, estende-se de 1889 a 1894 e caracteriza-se pela expressiva presença dos militares e pela forte repressão aos movimentos políticos – como ocorreu durante a Revolta Armada no Rio de Janeiro (1893), ou ainda, a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893 – 1895); o segundo momento vai de 1894 a 1922, quando houve o predomínio dos estados de São Paulo e Minas Gerais com a política dos Governadores (ou café-com-leite) – caracterizada pela sucessão de paulistas e mineiros no cargo da presidência; e o terceiro e último período vai de 1922 a 1930, configurado pelos levantes tenentistas. (IGLÉSIA, 2002).

A “política dos Governadores” ou dos “Estados”, inaugurada por Campos Sales, institucionalizou a troca de favores e desviou o sistema federalista dos ideais republicanos. A retomada do poder central pelas elites estaduais/regionais fez com que os interesses e os poderes dos Estados e da República se

complementassem. Foi o auge do coronelismo. Para Caio, o caráter oligárquico da República talhou a participação popular, e a prática do Coronelismo impediu as práticas democráticas. (PRADO JR., 2004).

Para Carvalho, o direito ao voto não garantiu de imediato o pleno funcionamento do sistema representativo. A pressão exercida pelos senhores de terras falseava as eleições, uma vez que a dependência social impedia que os cidadãos tivessem autonomia no momento do voto. A situação era ainda mais grave, visto que mulheres, escravos e analfabetos não tinham direito ao voto, o que restringia o eleitorado a 5% da população. Para Carvalho, “Não se pode falar na existência de democracia representativa no Brasil, nem mesmo após a proclamação da República. Nem a República tinha povo.” (CARVALHO, 2004).

Leal, por sua vez, considera que as práticas coronelistas ganharam forças graças a combinação de três fatores: o primeiro refere-se a superposição do sistema representativo sobre realidades socioeconômicas inadequadas; o segundo seria a dependência dos municípios para com os estados e à União; o terceiro remete-se ao isolamento e/ou a baixa comunicação dos sistemas locais com o restante do Brasil. (LEAL, 1975).

Os coronéis, a partir das relações de compadrio e clientelistas, formavam seus “currais eleitorais”, ou seja, garantiam por meio da troca de favores os seus eleitores cativos, que garantiam a eleição dos candidatos por eles indicados. Para Leal, a gratidão pelos pequenos favores prestados à massa eleitoral regional, garantia ao coronel o apoio de que precisava para consolidar seu reduto político e garantir cargos no poder estadual ou federal. (LEAL, 1975).

Essa ascendência resulta muito naturalmente da sua qualidade de proprietário rural. A massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. (...) É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades. (...) no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural. (LEAL, 1975. p.24-25).

Segundo Carvalho, formou-se no Brasil uma verdadeira “pirâmide de poder: o coronel apoiava o governador, que apoiava o presidente da República, que apoiava o governador, que apoiava o coronel.” Nesse sistema, a exclusão popular era evidente. (CARVALHO, 2004).

Segundo Iglésia, nesse período formaram-se no Congresso as bancadas de apoio à política central. Essa política de conciliação e troca de favores respeitava os interesses dos dirigentes sem, no entanto, considerar as vontades e necessidades do povo. “A máquina atua com perfeição, constituindo os famosos vícios da República Velha, oligárquica e fundada em falsificações.” (IGLÉSIA, 2002).

A estrutura política baseada no patrimonialismo – herdada do período colonial – continuou vigente. A adequação do Federalismo aos interesses da elite política permitiu que o Estado e os grandes proprietários de terras, por meio de trocas de favores e práticas clientelistas, fossem mutuamente sustentados no poder.

Segundo Castro, mesmo passados mais de um século da Proclamação da República, a experiência federalista no Brasil não permitiu a real democratização da representação política tampouco o atendimento às diferentes demandas sociais. (CASTRO, 1997).

O coronelismo metamorfoseou-se de fato, mas perdura em muitas localidades do Brasil contemporâneo e, por que não dizer, na composição de importantes instituições políticas federais como, por exemplo, os ministérios que, segundo Amorim Neto, são destinados a um pequeno grupo de políticos representantes dos maiores e mais ricos estados do Brasil. Essa prática política aprofunda as desigualdades regionais, uma vez que permitem canalizar os maiores investimentos aos estados de origem desses políticos.

5. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO NA OBRA DE CAIO PRADO JR.

A interpretação de Caio Prado Jr. à História do Brasil se baseia em três aspectos principais: o sentido da colonização, a importância da escravidão e o desenvolvimento desigual e combinado. Esses três aspectos permitiram ao Autor analisar não apenas a relação externa entre colônia e metrópole, como também a dinâmica interna da própria colônia. Dos três aspectos, acredita-se que os dois últimos são, na verdade, consequências do primeiro. O sentido da colonização não só induziu a adoção do trabalho escravo africano, mas também permitiu o desenvolvimento desigual e combinado do território brasileiro.

Norteados por essa interpretação, Caio Prado Jr. tratou da emergência de determinadas atividades em regiões e épocas específicas em meio à atonia econômica de grande parte do território brasileiro. Da mesma forma, apresentou a estrutura cíclica da economia colonial sem, no entanto, rejeitar as atividades complementares da colônia. A partir da dialética da contradição: unidade/dispersão, integração/desintegração, totalidade/fragmentação, Caio discutiu os entraves internos que dificultaram o real nexo do território brasileiro e permitiram o desenvolvimento desigual e combinado das diversas regiões coloniais. (VICTORIANO, 2001).

Inegavelmente, essa abordagem evidencia outra importante contribuição de Caio Prado Jr. para a compreensão do Brasil: a questão das desigualdades regionais. Nesse sentido, Caio demonstrou como alguns locais tiveram a possibilidade de um maior desenvolvimento econômico e social em detrimento de outros, que se restringiram a atividades secundárias e complementares, e que ficaram, segundo o Autor, submetidos ao “marginalismo”:

Marginalismo de regiões inteiras e compactas que não participa, efetivamente, daquilo que se pode considerar a vida brasileira. Marginalismo também se insinua por toda parte, mesmo nos setores mais desenvolvidos do país, e que se constitui das sobras humanas deixadas por ciclos anteriores e que por uma razão ou outra, mas geralmente de ordem negativa, não se puderam ajustar

aos ciclos mais recentes (...). O nosso marginalismo é produto de decomposição de um ciclo que já foi florescente. (PRADO JR., 1954. p.65-66).

Segundo Egler, essas desigualdades regionais ainda hoje são atribuídas à relação centro-periferia que permite o “aprofundamento vertical e a expansão horizontal das forças produtivas e das relações de produção capitalista”. Para Egler, isso é “resultante da divisão territorial do trabalho, da concentração produtiva e da centralização financeira durante o processo de formação do ‘mercado interno’ para o capitalismo”. (EGLER apud CASTRO, GOMES & CORRÊA, 2007. p.126).

A obra de Caio Prado Jr., ao focar as bases materiais em que foi construída a nacionalidade brasileira, permite vislumbrar tanto essa relação centro-periferia – onde a região detentora da principal atividade econômica seria o centro e as demais, periferia – quanto à política regionalista – que, em defesa de determinados grupos políticos, norteou a colonização e diferenciou os espaços de acordo com seu potencial produtivo, valorizando algumas regiões em detrimento de outras que se apresentavam praticamente inertes.

O caráter disperso, desintegrado e descontínuo em que várias formas de organização de vida e trabalho se espalham pelo país, no passado e também no presente, distanciadas no espaço e no tempo, expressa uma das suas mais profundas contradições. (VICTORIANO, 2001. p.39).

A lei do desenvolvimento desigual e combinado, que norteou a obra de Caio, foi uma formidável contribuição de Trotsky aos intelectuais que buscaram (e aos que ainda hoje buscam) interpretar o desenvolvimento histórico e social das nações subdesenvolvidas. Foi, no entanto, George Novack – respeitável intelectual trotskista – que efetivamente produziu a obra mais detalhada sobre o assunto: *O desenvolvimento desigual e combinado na História*. Essa obra é apontada por diversos autores como um importante instrumento teórico marxista para compreender a natureza contraditória dos países pobres.

A teoria apresentada por Novack influenciou diversos intelectuais das Ciências Humanas como Lenin, Hegel e Rosa Luxemburgo, e representou a

superação de interpretações etapistas na história do desenvolvimento das nações. Segundo Novack, não há uma linha mestra evolutiva no processo de formação das sociedades humanas, mas sequências invariáveis de etapas históricas. Muitas vezes, as sociedades que “chegam mais tarde” podem transpor etapas do processo de desenvolvimento.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado deriva de uma teoria geral chamada “Lei da interpenetração dos opostos”, na qual a desigualdade e a combinação representam dois momentos que são opostos no processo de desenvolvimento, mas que estão integralmente relacionadas. A combinação dessas etapas gera uma terceira realidade, com características específicas em cada caso. Surgem, dessa maneira, variadas e paradoxais formas de desenvolvimento em que o atrasado e o moderno se misturam. (NOVACK, 2008).

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma lei científica da mais ampla aplicação no processo histórico. Tem um caráter dual ou, melhor dizendo, é uma fusão de duas leis intimamente relacionadas. O seu primeiro aspecto se refere às distintas proporções no crescimento da vida social. O segundo, à correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico. (NOVACK, 2008. p.17-18).

Para Novack, o curso histórico percorrido pelas diversas sociedades é resultado de regularidades e irregularidades. As regularidades são determinadas pelo caráter e desenvolvimento das forças produtivas gerais; as irregularidades, por sua vez, dependem das peculiaridades de cada sociedade. Apesar de reconhecer essas especificidades locais, Novack enfatiza que a conjuntura externa em que os países estão inseridos contribuem, muitas vezes, para sua condição econômica, política e social. Tais situações, no entanto, são bastante heterogêneas e conduzem à interdependência de regiões com níveis de desenvolvimento distintos. (NOVACK, 2008).

O desenvolvimento nacional não se realiza, em muitos aspectos, ao longo de linhas paralelas, e sim através de linhas angulares, as vezes divergentes como ângulos retos. Adquirem traços não idênticos, mas complementares. (NOVACK, 2008. p.42).

A obra de Caio Prado Jr. vislumbra essa “conjuntura maior” tratada por Novack ao apresentar o “sentido da colonização” e as peculiaridades do processo de colonização brasileiro. Além disso, ela permite a partir da sucessão de diferentes atividades econômicas – em espaços e/ou momentos históricos distintos –, constatar a coexistência de aspectos sociais, econômicos, técnicos e territoriais modernos e arcaicos.

Segundo Dias, a abordagem de Caio focada em momentos históricos específicos evidencia ainda os aspectos regionais da formação do Brasil, uma vez que o Autor, ao compreender o todo, descreve e define a movimentação das partes. (DIAS apud D’INCAO, 1989).

Deste modo, desenvolveu o estudo do regionalismo na interpretação da formação da nacionalidade, localizando áreas onde se desenvolviam as atividades de abastecimento do mercado interno por oposição às áreas de grande lavoura de Pernambuco, Bahia, ou da mineração do ouro. (DIAS apud D’INCAO, 1989 p.40).

5.1 As atividades econômicas e o desenvolvimento desigual e combinado do território brasileiro

As diversas atividades produtivas – e seus desdobramentos em infraestruturas territoriais e deslocamentos populacionais – são fundamentais para compreender o processo de desenvolvimento desigual e combinado que marcou a formação do território brasileiro. Caio Prado Jr., ao focar as atividades econômicas – principalmente nas obras *História Econômica do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo* –, identifica três períodos da economia colonial brasileira, fundamentais para vislumbrar tal conjuntura. Seus estudos ainda permitem verificar como, mesmo após a Independência política do Brasil, as atividades econômicas continuaram voltadas para atender as demandas externas e mantiveram o caráter desigual e combinado do território nacional.

Dos três períodos citados acima, o primeiro caracterizou-se pela produção da cana-de-açúcar, que se estendeu desde os primórdios da colonização até o

século XVII, momento em que houve a ocupação inicial e a fixação dos portugueses principalmente na região litorânea e no sertão nordestino. A evolução demográfica promovida pela descoberta de metais preciosos nas capitâneas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, durante o século XVIII, marcou a segunda fase, caracterizada por uma redistribuição populacional sobre a região central da Colônia em um curto período de tempo. Em meados do século XVIII, por sua vez, houve um refluxo demográfico causado pelo esgotamento das minas de ouro e pelo desenvolvimento da agricultura e ressurgência do Centro-Sul, características que bem demarcaram a terceira fase.

De tudo isto resultará uma consequência final, e talvez a mais grave: é a forma que tomou a evolução econômica da colônia. Uma evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total. (PRADO JR., 2008. p. 125).

5.1.1 A Agricultura

A agricultura foi, entre as atividades econômicas desenvolvidas no território brasileiro, a mais importante uma vez que definiu as estruturas sociais, econômicas e políticas do Brasil colonial. A disposição territorial em que se desenvolveu essa atividade foi a maior responsável pelo modelo de desenvolvimento desigual e combinado que marcou a construção do território brasileiro.

(...) É esse tipo de organização em que se constitui a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial. (PRADO JR., 2008. p.141).

Caio Prado Jr. distingue a agricultura brasileira colonial em “*grande lavoura*” e de “*subsistência*” ou “*acessória*”. A diferenciação entre ambas se faz necessária,

pois permite não apenas constatar a evolução econômica do Brasil, como também demonstra o caráter desigual que marcou o processo de sua formação espacial.

Na prática, essas atividades distinguiam-se principalmente quanto ao destino dado às respectivas produções. A grande lavoura dedicava-se à produção em larga escala destinada ao mercado externo; já que a agricultura de subsistência produzia gêneros de consumo para abastecer o mercado interno colonial. Não que os produtos como açúcar, tabaco e algodão – típicos da grande lavoura – não tivessem sido consumidos internamente, ou que os produtos ditos de subsistência deixaram de ser exportados. No entanto, a natureza econômica de ambos os tipos de culturas era inerente ao próprio processo produtivo e, dessa forma, a organização interna de cada produção era estabelecida de acordo com seu objetivo elementar.

Apesar dessas dessemelhanças, as duas agriculturas eram verdadeiramente interdependentes, uma vez que a grande lavoura necessitava dos alimentos da pequena para seu abastecimento interno e a agricultura de subsistência tinha as grandes fazendas como seu principal mercado consumidor.

5.1.2 A Grande Lavoura

A Grande Lavoura apareceu desde os primórdios da colonização brasileira como a principal estrutura do sistema colonialista implantado pela metrópole portuguesa. E, apesar de dedicar-se às principais atividades econômicas do Brasil, ela foi, segundo Caio, comumente caracterizada por seu baixo nível técnico. A mão-de-obra “semibárbara”, aliada à própria natureza do colonato português e do regime político administrativo imposto pela metrópole são apontados pelo Autor como os maiores responsáveis pela estrutura rudimentar de produção. Mesmo assim, como veremos adiante, encontram-se ao longo da interpretação de Caio à história da formação territorial do Brasil características modernas e arcaicas coexistindo, muitas vezes, de maneira complementar.

A adoção da grande lavoura e da atividade monocultora foi – como destacado anteriormente – determinada a partir do objetivo central da colonização: a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial e alta lucratividade. Atendendo a essa demanda, a escravidão apresentou-se como a melhor solução diante da necessidade de mão-de-obra em abundância, da falta de trabalhadores europeus dispostos a migrar para as regiões tropicais e da resistência dos povos autóctones ao domínio português.

A ressurgência do trabalho escravo no Brasil pode ser considerada caracterizadora do modelo de desenvolvimento desigual e combinado adotado no país, uma vez que significou a retomada de uma característica da sociedade humana de outro período de desenvolvimento. O anacronismo observado por Novack em relação à escravidão na América do Norte também pode ser utilizado para interpretar o escravismo no Brasil, uma vez que essa prática já havia sido extinta no velho continente e era compreendida pelos intelectuais como característica típica do período inicial da sociedade de classes. A retomada do escravismo pode ser considerada uma “reversão na História” – denominação dada por Novack à adoção de elementos que leva a um retorno a organizações caducas de etapas primitivas do desenvolvimento. Essa característica arcaica, ao se unir às estruturas avançadas – como, por exemplo, a fase mercantil do sistema capitalista – pode gerar formações regressivas e que impedem o avanço social. (NOVACK, 2008).

O que fizeram de fato Portugal e Espanha? Criaram no Novo Mundo formas econômicas que tinham um caráter combinado. Soldaram relações pré-capitalistas com relações de troca, subordinando-as assim às demandas e movimentações do capital mercantil.(...) Eis que para poder explorar de maneira capitalista a América, os colonizadores se viram na obrigação de recorrer a relações de produção não-capitalistas: a escravidão ou uma semi-escravidão dos indígenas. (MORENO apud NOVACK, 2008. p.105 -109).

Para Caio, no entanto, o engenho de açúcar propriamente dito, ou seja, as instalações para a manipulação da cana e o preparo do açúcar, formavam com suas máquinas e aparelhamentos – uma verdadeira organização fabril, moderna e capitalista.

O engenho é um estabelecimento complexo, compreendendo numerosas construções e aparelhos mecânicos: moenda (onde a cana é espremida); caldeira, que fornece o calor necessário ao processo de purificação do caldo; casa de purgar, onde se completa esta purificação. (PRADO JR., 2004. p.38).

Por ser considerado um empreendimento de alto custo, não eram todas as lavouras canavieiras que tinham a infraestrutura de um engenho em suas terras. Muitos colonos moíam sua produção em engenhos alheios e, em troca, concediam aos proprietários parte de sua produção.

Havia ainda os engenhos que se dedicavam à aguardente. Nessas propriedades, as instalações eram mais democráticas, uma vez que despendiam menos recursos para maquinários e instrumentos. A rapadura e o melado também apareceram como subprodutos da cana e eram produzidos apenas em alguns engenhos.

O renascimento agrícola do século XVIII foi marcado pela decadência das tradicionais regiões agrárias do Nordeste e a emergência do Sudeste – inicialmente no Rio de Janeiro e, posteriormente, em São Paulo. O conceito de desenvolvimento desigual e combinado faz-se presente na interpretação de Caio à História do Brasil: a área anteriormente considerada a mais moderna da colônia – o Nordeste – cede sua condição de potência agrícola brasileira ao Sudeste que até então havia sido pouco povoado, ocupado apenas por pequenos núcleos destinados a auxiliar os meios de transporte e de comunicação que interligavam a antiga área aurífera de Goiás ao litoral. Nesse sentido, Novack disse: “O progresso tem os seus inconvenientes: há que pagar por ele. Avanços em certos terrenos podem significar retrocessos em outros.” (NOVACK, 2008.p.68).

O desenvolvimento da lavoura cafeeira do Brasil, desde o último decênio do século XIX, admirável no conjunto, foi entretanto muito irregular se considerarmos as diferentes regiões do país. Não houve de modo algum crescimento uniforme e harmônico; e à expansão em alguns setores correspondeu o declínio, e mesmo o aniquilamento completo em outros. (...) A grande área de progresso neste momento que nos ocupa é o oeste de São Paulo; tratava-se de uma região quase deserta que será rapidamente conquistada e ocupada pelas novas culturas. (PRADO JR., 2004. p.226).

As favoráveis condições físicas da região – solo fértil, relevo pouco acidentado e chuvas bem distribuídas – são apontadas por Prado Jr. como fundamentais ao rápido crescimento econômico da região sudeste. No entanto, apesar do desenvolvimento de infraestruturas territoriais criadas durante período cafeeiro em termos organizacionais, a produção agrícola da região foi acomodada conforme o modelo tradicional de exploração: 1º) grande propriedade, concentrada nas mãos de um pequeno grupo de aristocratas exploradores de mão-de-obra escrava – a qual posteriormente foi substituída por trabalhadores assalariados; 2º) produção voltada ao mercado externo. Essa estrutura manteve também a velha prática política centrada no grande proprietário de terras. Coexistia, portanto, uma arcaica estrutura política-social e uma moderna infraestrutura territorial.

Social e politicamente foi a mesma coisa. O café deu origem, cronologicamente, à última das três aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira. E em consequência (uma vez que o país já era livre e soberano) na política também. O grande papel de São Paulo foi conquistado no cenário político do Brasil, até chegar à sua liderança efetiva, se fez à custa do café; e na vanguarda deste movimento de ascensão, e impulsionando-o, marcham os fazendeiros e seus interesses. (PRADO, 2004. p.167).

Os superávits presentes na balança comercial brasileira (promovidos pelo bom desempenho do café no mercado internacional) permitiu um considerável crescimento no padrão de vida de uma parcela da população na região cafeeira. Também possibilitou a expansão da infraestrutura e do aparelhamento técnico do Sudeste brasileiro. O desenvolvimento das estradas de ferro, a mecanização da indústria rural e mesmo a tímida manufatura existente nos centros urbanos levaram o Brasil ao que Caio chamou de “primeiro período de progresso moderno”. (PRADO JR., 2004).

Mesmo a região apontada por Caio como a mais moderna, foi marcada pela coexistência do moderno com o arcaico:

O progresso quantitativo da cultura cafeeira no Brasil não foi contudo acompanhado de igual progresso qualitativo. Continuarão sendo empregados, mais ou menos, os mesmos processos agrícolas rudimentares do passado. Haverá certa melhoria no preparo e beneficiamento do produto (...) (PRADO JR., 2004. p.227).

5.1.3 As Atividades de Subsistência

A atividade de subsistência tinha, segundo Caio, grande importância na ocupação e formação territorial do Brasil. Como dito anteriormente, sua função era complementar à da grande lavoura e seu desenvolvimento ocorreu no interior das mesmas, ou ainda, em áreas desvalorizadas pelos grandes agricultores.

A produção de subsistência realizada como complementar a grande lavoura era, nos primeiros séculos da colonização, de responsabilidade tanto do grande proprietário, que destinava parte do tempo de seus escravos à realização desta atividade, quanto dos escravos, que tinham um dia na semana para se dedicarem às suas roças. Contudo, quando os preços dos produtos exportáveis estavam em alta, as grandes lavouras abandonavam as atividades de subsistência e precisavam comprar alimentos das pequenas propriedades. Situação parecida era a do meio urbano, que carecia dos excessos das grandes lavouras ou mesmo das pequenas especializadas na produção de gêneros alimentícios.

As lavouras de subsistência não raro apresentavam baixo nível econômico. Compostas, em grande parte, por pequenos roçados, tais propriedades eram cultivadas por seus próprios donos. Geralmente localizavam-se distantes dos centros urbanos, mas em lugares de acesso rápido e transporte barato, como as áreas litorâneas inapropriadas à grande lavoura, mas em condições aceitáveis para essa cultura marginal. Também procuravam se instalar nos arredores das principais atividades econômicas coloniais, para tanto, ocupavam o interior dessas regiões, contribuindo, dessa maneira, com o processo de interiorização do território brasileiro.

A maioria dos homens dedicados a essa atividade era, segundo Caio, mestiços de índios ou brancos degenerados e decadentes que não encontravam espaço para trabalhar nas grandes lavouras. Segundo o Autor, a marginalização dessa parte da população livre nada mais foi que uma “seleção social, econômica e moral”. Exceção feita aos colonos Açorianos que ocuparam a região sul do Brasil, cuja situação, embora bastante distinta daquela anteriormente descrita, não proporcionava melhores condições que àquela.

A pecuária de subsistência concentrou-se inicialmente no sertão nordestino. A proximidade com as lavouras canavieiras, a facilidade do deslocamento dos rebanhos, o relevo plano e de fácil ocupação, e os solos salinos (verdadeiros lambedouros para o gado) compensavam os longos períodos de seca.

As fazendas de gado nordestinas espalharam-se de maneira gradual e contínua, conservando a relação existente entre o sertão e a zona litorânea. Segundo Caio, em meados do século XVIII, a pecuária atingiu seu apogeu no sertão nordestino, que se tornou o maior criador de gado de todo o nordeste. Apesar da grande importância dessa atividade para a região, a carne produzida era de má qualidade e em pouca quantidade, reflexo das condições técnicas a que estava submetida. Para o Autor, a ascensão da prática pecuarista no nordeste é justificada pela ausência de regiões concorrentes. Dessa forma, as atividades de subsistência eram desenvolvidas de maneira irregular pelo território, o que reafirma o caráter diverso do desenvolvimento regional do Brasil.

O sistema de pagamento de vaqueiros nordestinos é apontado por Prado Jr. como mais um dos importantes instrumentos na ocupação regional. O vaqueiro trabalhava por cinco anos e, ao final do período, recebia parte das crias, montante suficiente para arrendar terras e constituir sua própria fazenda. Ao contrário desse, os proprietários absenteístas possuíam inúmeras fazendas e, apesar de viver no litoral, sobreviviam dos rendimentos gerados por suas propriedades sertanistas.

Segundo Caio, em princípio do século XIX, além do sertão nordestino, outras duas regiões destacaram-se nessa atividade criatória: a capitania das Minas Gerais e as capitanias do sul da colônia, com ênfase para o atual estado do Rio Grande do Sul.

O norte de Minas Gerais, por sua vez, aparece como prolongamento do nordeste, não apenas pelos aspectos físicos, mas também pelos humanos. Sua ocupação se deu ainda no século XVII com os baianos. Ao sul dessa capitania, em dissonância com anteriores, a rica hidrografia e as chuvas bem distribuídas ao longo do ano tornaram a região atrativa ao desenvolvimento da agropecuária. Estimulada pelas atividades auríferas do século XVIII, a pecuária utilizou técnicas superiores àquelas adotadas no sertão, o que possibilitou não apenas o comércio da carne como também o dos laticínios.

Importante característica a ser destacada é o regime de trabalho adotado nas fazendas do sul de Minas. Os únicos trabalhadores livres existentes foram os fazendeiros e seus familiares. O restante da mão-de-obra empregada era escrava. A organização da sociedade, entretanto, era feita de maneira menos aristocrática que as das demais regiões da Colônia. Os proprietários de terras, em oposição àqueles do Nordeste, estavam constantemente envolvidos na produção de suas fazendas. Nesse caso, é possível perceber que, apesar de ser uma região com maior desenvolvimento técnico, as relações sociais eram bastante arcaicas, embora pouco aristocráticas.

Caio considerou as características físicas dos Campos localizados ao sul da Colônia, propícias ao desenvolvimento da atividade pecuária. O Autor achava que a região era um “conjunto admirável para o estabelecimento do Homem”. No entanto, foram os contínuos conflitos territoriais entre portugueses, castelhanos e índios em meados do século XVIII que promoveram a ocupação desse espaço.

Muito parecida com a criação de gado sertanista, a pecuária do sul, também foi estruturada com técnicas rudimentares. No entanto, as relações sociais foram baseadas no trabalho assalariado. Índios e mestiços compunham grande parte da população da campanha. Além desses, existiam os peões, que ficavam em constante transumância entre as estâncias.

Apesar do caráter agrário do Brasil, a produção de gêneros alimentícios foi de tal maneira desprezada que a insuficiência alimentar foi um problema crônico no período colonial. Fato que evidencia o aspecto exclusivamente exportador

atribuído às atividades agrícolas e o descompromisso desta em relação à população brasileira.

5.1.4. O Extrativismo

Embora não sejam atividades agrícolas, o extrativismo mineral e a extração do látex são analisados por Caio como atividades que também ocuparam centralidade na economia colonial, uma vez que foram organizadas de maneira a atender às necessidades do mercado externo e garantir o lucro metropolitano.

A exploração aurífera, por sua vez, iniciou-se ao final do século XVII e se caracterizou pela exploração de dois tipos de minas: os estabelecimentos fixos, também chamados de lavras, com grandes recursos e aparelhamentos especializados que proporcionavam uma produção em larga escala, mas que era praticada a partir de um número elevado de empregados, em sua grande maioria, escravos africanos; e a pequena extração, cuja exploração deu-se por indivíduos solitários chamados de faiscadores, que perambulavam entre minas desocupadas com poucas e rudimentares ferramentas.

Apesar de toda a altivez dessa atividade, ainda no século XIX a mineração teve seu fim decretado em virtude da própria organização metropolitana promovida pela exploração da vultosa riqueza. O único foco efetivo da Corte Portuguesa quanto a isso foi estabelecer modos de satisfazer sua ganância excessiva por metais preciosos. Apesar da ausência de planejamento, a política de exploração desta riqueza apresentava um acentuado rigor quanto à cobrança das taxas requeridas pela coroa. O quinto foi exemplar nesse sentido. Foi exatamente nessa época que a política metropolitana tornou-se ainda mais controladora.

As descobertas de jazidas eram obrigatoriamente manifestadas às autoridades competentes. Estas então se transportavam ao local, faziam a demarcação dos terrenos auríferos e das datas (...) que depois se repartiam entre os presentes. (PRADO JR., 2008. p.173).

A Coroa, com o propósito de garantir o cumprimento das regras para a exploração das jazidas, criou a Intendência de Minas, órgão que teoricamente apresentava múltiplas funções administrativas, técnicas, políticas etc. No entanto, os bacharéis e burocratas que assumiram os cargos de superintendentes, alheios completamente aos assuntos referentes à atividade, restringiram-se à “função de cobrar o quinto e fiscalizar os descaminhos do ouro”. O título de guarda-mor tornou-se honorífico e, em alguns casos, hereditário. Mesmo durante o período de decadência do ouro, essa pequena elite fingia não perceber o declínio da atividade e se negava a aceitar qualquer mudança que pudesse ameaçar sua posição. Segundo Caio, a decadência da mineração aurífera teve como causas o esgotamento natural das jazidas e as técnicas deficientes para a exploração de minas mais profundas. A responsabilidade dessa ineficiência técnica é atribuída pelo Autor administração pública, uma vez que foi ela quem submeteu a Colônia a um grande isolamento e deixou de criar sistemas educacionais que permitissem instruir os colonos. Nesse sentido, Caio reconhece ter sido a ignorância do colonato um dos principais entraves para o desenvolvimento das atividades econômicas brasileiras.

Apesar de mais modesta, a extração de diamantes também foi marcada por uma administração tirana e mesquinha. Toda a região onde atualmente se encontra a cidade de Diamantina foi severamente demarcada. A circulação e a fixação das pessoas só aquelas terras eram possíveis com a autorização da “Intendência dos Diamantes”. Como a extração do minério era feita diretamente pela coroa, foi organizada a “Junta da Administração Geral dos Diamantes” à qual estavam submetidos diversos funcionários.

A zona diamantífera era administrada unicamente por um intendente, autoridade máxima e que dispunha da vida dos habitantes da região. Na extração dos diamantes, eram empregados escravos alugados, uma vez que a administração não possuía escravos próprios e, tampouco, trabalhadores livres.

À margem do processo legal da exploração do diamante, surgiu o garimpeiro, figura que, segundo Caio, era mal quista pelos administradores e admirada por grande parte da população. Organizados em bandos, os garimpeiros

avançavam sobre as propriedades e ameaçavam as autoridades. Entretanto, a aproximavam-se dos pobres e humildes, que protegiam e defendiam.

Mesmo sendo muito lucrativo, o extrativismo aurífero, tal como as outras, também foi marcado por um modelo de desenvolvimento contraditório, no qual características modernas – como organização administrativa eficiente no controle da produção e na cobrança de impostos – coexistiam com aspectos arcaicos – como a utilização de ferramentas rudimentares e o uso de trabalhadores escravo ou livres que perambulavam entre as minas.

A ignorância, a rotina, a incapacidade de organização nesta sociedade caótica que se instalara nas minas, e cuja constituição não fora condicionada por outro critério que dar quintos a um rei esbanjador e à sua corte de parasitas, e nos restos satisfazer o apetite imoderado de aventureiros, davam-se a mão para completar o desastre. (PRADO JR.,2008. p.169).

Apesar do caráter contraditório de todos esses percalços, a rápida ocupação da região do Centro-Sul promovida pela exploração aurífera transformou completamente os aspectos da Colônia. A mineração, segundo Caio, deu origem a importantes concentrações citadinas e a três núcleos de povoamento relativamente isolados e distantes uns dos outros: a capitania das Minas Gerais, a de Goiás e a de Mato Grosso.

A região das Minas Gerais era composta por uma área central, que se estendia do norte ao sul da bacia hidrográfica do Rio Grande e que, por deter as maiores jazidas de ouro, concentrava a mais densa aglomeração humana do interior aurífero. Caio destaca que a essa região outros núcleos secundários se agregavam. Neles eram como a criação de gado e a agricultura de subsistência que abasteciam toda a região. Grande parte dessas atividades foi mantida após a decadência da mineração, chegando, até mesmo, a substituí-la em vários momentos.

A capitania de Mato Grosso, segundo grande núcleo de exploração aurífera, apresentava jazidas relativamente pequenas quando comparadas às das Minas Gerais. Para Caio, sua rápida decadência justificou o pequeno fluxo de pessoas atraídas para a Região. Sua importância, no entanto, se deu pela posição

estratégica, uma vez que fazia fronteira com os domínios espanhóis. Graças a essa localização, a capital da Capitania de Mato Grosso foi elevada à vila e teve por função proteger a colônia portuguesa.

O terceiro e último grande núcleo povoador surgido por causa da mineração foi Goiás. Dividido em dois agrupamentos, um ao norte e outro ao sul, a capitania de Goiás, tal como a de Mato Grosso, não apresentou uma produção aurífera comparável à das Minas. A decadência da atividade mineradora foi, nessa capitania, mais derradeira que nas demais, já que não apresentou atividades secundárias que pudessem substituir o extrativismo mineral após seu declínio.

Além desses três principais núcleos de povoamento, outros de menor importância estabeleceram-se nas terras que hoje se encontram os estados do Maranhão e do Paraná.

A mineração e as atividades dela surgidas, além de contribuírem para a formação territorial brasileira a maior internalização territorial, foram também responsáveis pelo deslocamento do eixo político e econômico da região Nordeste para o Centro-sul, fato que, por si só, evidencia o caráter desigual e combinado de que antes falávamos. A ascensão do centro-sul implicou, necessariamente, na decadência do Nordeste. Os investimentos que acompanharam as tendências das políticas metropolitanas, também foram deslocados, a fim de desenvolver, na região das minas, a infraestrutura necessária para a extração e o escoamento da produção.

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (...). A própria capital da colônia (...) transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro. (...) De um modo geral, é todo este setor centro-sul que, graças em grande parte à mineração, toma o primeiro lugar entre as diferentes regiões do país. (PRADO JR.,2004. p.64).

O látex, extrativismo vegetal que se desenvolveu no início do século XX na região dos estados do Amazonas, Acre e Pará, pode ser tomado como um dos

maiores responsáveis pelo apreciável crescimento econômico e ocupação humana do norte brasileiro.

A abundante mão-de-obra nordestina aliada ao crescente mercado externo permitiu que, em pouco tempo, a região atingisse o posto de maior produtora mundial do látex. No entanto, a prosperidade econômica não estendeu o universo de modernidade às relações sociais e trabalhistas. Os trabalhadores, recém-chegados do nordeste, eram submetidos a um regime de trabalho por endividamento e ficavam prisioneiros ao seringalista e sujeitos a terríveis condições de trabalho e de vida.

O processo de extração do látex adotava técnicas e ferramentas bastante rudimentares. Segundo Caio, os grandes seringais eram divididos entre os trabalhadores em “estradas” – pedaços de terras de 4 a 6 quilômetros de extensão – que seriam exploradas com o uso de ferramentas como machados, facas e tigelas. O deslocamento da goma era feito em precárias embarcações por entre os rios.

Caio trata ainda sobre a condição de “acampamento” que caracterizou o povoamento da região – referindo-se ao improviso das áreas de extração. Apesar da grande riqueza gerada pela borracha, os lucros da atividade não foram investidos na própria região, apenas o suficiente para consolidar a ocupação e criar minimamente a infraestrutura para o escoamento da produção foi a ela destinado. A aparente modernidade da cidade de Manaus não se estendeu ao espaço de extração da borracha e, tampouco, à população.

Caio ainda atenta para o fato do Brasil, apesar de ser o maior produtor de látex do mundo, nunca ter participado efetivamente dos negócios que envolviam a borracha. O financiamento, o comércio e o consumo do produto eram totalmente controlados pelo mercado externo.

5.1.5. A estrutura agrária e as atividades econômicas do século XIX

Caio aponta o retalhamento das grandes propriedades rurais e o crescimento das pequenas propriedades como características importantes da fase

moderna da agricultura brasileira iniciada no século XIX. Entre as condições necessárias para a difusão da pequena propriedade, o Autor destaca: o crescimento populacional; a partilha de terras por sucessão hereditária; o fim da escravidão; as políticas agrárias voltadas para o pequeno camponês europeu; e as diversas crises que se abateram sobre a produção das grandes lavouras. Além disso, Caio destaca a participação do migrante europeu para a proliferação da pequena propriedade, uma vez que a política de distribuição de terras dificilmente seria estendida ao trabalhador livre ou ao escravo e ex-escravo brasileiros, os quais, segundo ele, não passavam de um grupo de homens despreparados e incapazes de superar a condição econômica e social a que estavam submetidos.

E assim, enquanto a massa dos trabalhadores brasileiros entre os quais se recrutariam os pequenos proprietários foi constituída por estes elementos, incapazes ou mal preparados para se livrarem das contingências econômicas e sociais que os mantêm no seu estado dependente e subordinado, a pequena propriedade não encontraria ambiente propício. (PRADO JR., 2004. p.250).

Como já era de se esperar, a adesão à pequena lavoura não foi igual em todo o país: nos estados do sudeste, principalmente em São Paulo, a grande propriedade cafeeira – ao absorver a mão-de-obra do migrante europeu – retardou a proliferação da pequena lavoura, que só ocorreu com a crise do café e com o partilhamento das grandes propriedades em lotes menores e a preços acessíveis ao trabalhador; na região nordeste, a pequena lavoura, apesar da ausência do migrante europeu, teve maior espaço no interior. Caio considera essa transformação na organização fundiária brasileira fundamental para as modificações na estrutura econômica, social e política do Brasil.

Assim, de um modo geral e em diferentes setores do país, a fragmentação da propriedade rural se vai operando. E esse desenvolvimento da pequena propriedade já começa em nossos dias a fazer sentir seus efeitos econômicos além dos sociais e mesmo políticos (...). Como antítese que é da grande, seu progresso, difícil, lento, mas seguro, representa um golpe profundo desferido na estrutura tradicional do Brasil. É toda uma nova organização que está germinando na base desse progresso. (PRADO JR., 2004. p.253).

A pequena propriedade teve importância indiscutível para a economia brasileira, uma vez que era a sua produção quem abasteceu o mercado interno do país. A ausência de financiamentos e de preparo técnico a esses agricultores foi apontada por Caio como um grande problema dessa organização fundiária.

As regiões rurais do nordeste, apesar do novo momento propiciado pela produção agrícola no século XIX, não mais saíram da condição a que ficaram submetidas após a decadência do açúcar. Outras atividades de menor importância no contexto econômico nacional como o tabaco, o algodão, o cacau e a cana-de-açúcar também se destacaram como culturas típicas de grande lavoura regional.

O tabaco, por exemplo, assim como o café, encontrou no Brasil condições físicas e sociais favoráveis a sua expansão. A atividade concentrou-se principalmente na Bahia, mas, em virtude de seus baixos custos de produção e por ser utilizado como moeda de escambo, seu cultivo espalhou-se pelo Brasil entre os agricultores mais modestos.

O algodão, principal matéria-prima nas indústrias têxteis inglesas, também encontrou nas estruturas fundiárias do Brasil do século XIX condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Bahia, Pernambuco e Maranhão reapareceram no contexto colonial do século XVIII como grandes produtores algodoeiros, ainda que pouco comparáveis aos produtores de açúcar no que se refere à posse de maquinários e instalações. O baixo custo de produção dessa fibra e o aumento do consumo pelas indústrias têxteis inglesas, no entanto, contribuíram para o aumento de seu cultivo no Brasil. Em busca de climas menos úmidos, os algodoeiros procuravam propriedades localizadas no interior da colônia, onde as intempéries eram menos inóspitas. Isso permitiu que seu plantio atingisse áreas que até então haviam sido ocupadas apenas pelo pastoreio e pela mineração. A dificuldade de escoamento do algodão até os portos foi, entretanto, fator crucial para a sua decadência.

O cacau por sua vez, nativo do vale amazônico, encontrou no sul da Bahia as condições necessárias para sua produção. A situação natural e as terras virgens da região foram, segundo Caio, decisivas para o desenvolvimento da

atividade. O surto econômico representado pelo cacau, apesar de não devolver ao nordeste a velha condição econômica do período canavieiro, abriu-lhe novas perspectivas.

Outra atividade que contribuiu para o parcial renascimento do nordeste brasileiro foi o plantio da cana-de-açúcar. Embora tenha tido uma participação medíocre no contexto nacional da época, o fato de ela ser culturas que melhor adaptaram-se ao mercado interno, permitiu que a cana-de-açúcar retomasse a posição de destaque no cenário econômico brasileiro.

Ao discorrer sobre todas essas atividades agrícolas, Caio, mais uma vez, evidencia o caráter irregular do desenvolvimento regional brasileiro. Para ele, a produção do café, por exemplo, promoveu um importante progresso territorial na região sudeste – uma vez que deu suporte à criação de infraestruturas como estradas de ferro, portos e estradas. Isso sem falar nos desdobramentos sociais com a adoção do trabalho livre e assalariado. Já no Nordeste, apesar da produção ter sido destinada, muitas vezes, ao mercado externo, continuou caracterizada pela arcaica estrutura criada ainda no início da colonização brasileira.

5.1.6. A atividade industrial

Apesar de ter sido um setor bastante inexpressivo no conjunto da economia colonial brasileira, a pequena indústria desenvolvida neste período não pode ser ignorada, uma vez que – assim como a agricultura de subsistência – esteve diretamente relacionada à autonomia adquirida pela grande lavoura. Sem dúvida, o crescimento desse setor econômico estava diretamente relacionado às necessidades dos moradores do meio rural, o que levou ao desenvolvimento de atividades como a carpintaria e o forjamento.

A expansão industrial não tardou. Muitas manufaturas tornaram-se independentes das grandes lavouras e apresentaram um importante crescimento, principalmente no setor têxtil, chegando a ser compreendidas pela Coroa Portuguesa como uma ameaça ao comércio do Reino e à dependência colonial. Como resposta, a administração portuguesa agiu de forma a suprimir a tímida

atividade fabril, sobretudo a de tecidos. A metalurgia também foi reprimida e seus trabalhadores, tidos como subversivos.

Além da concorrência desleal com os produtos europeus, Caio aponta a deficiência energética, a debilidade de indústrias siderúrgicas e a presença de um mercado consumidor descentralizado e de pequeno poder de compra como fatores responsáveis pelo retardo da atividade manufatureira no Brasil. A falta de coesão regional causada pelas deficitárias condições nas vias de transportes e de comunicação também foi apontada por Caio como motivo agravante dessa precária condição fabril brasileira na época. O período entre o fim da indústria rudimentar colonial e o surgimento da indústria moderna foi marcado pela ausência quase que completa desse tipo de atividade econômica.

A produção industrial retomada no período republicano apresentou, para o Autor, as seguintes bases: a dificuldade do país em pagar o déficit causado pela compra de manufaturas no exterior; o aumento progressivo das tarifas alfandegárias; a produção interna de matérias-primas (como o algodão, que passou a abastecer a indústria nacional); e a mão-de-obra abundante e barata, formada pela população livre excluída dos grandes domínios agrícolas.

Segundo Caio, o censo realizado em 1907 apontou para uma concentração industrial nos estados do sul e sudeste, com particular destaque para São Paulo, cujas circunstâncias favoráveis geradas pela cafeicultura permitiram maior desenvolvimento em infraestruturas e dispêndios extras de recursos com a indústria.

As infraestruturas tais como as redes ferroviárias e as máquinas de beneficiamento do café, da mesma forma que a mão-de-obra livre do migrante europeu, contribuíram para a queda nos gastos com a produção, o que permitiu maior acúmulo de capital entre os cafeicultores. (CANO, 2007).

O capital produzido a partir do café possibilitou o desenvolvimento de outras atividades como o comércio, os transportes e a indústria. A Primeira Guerra Mundial e o aumento dos investimentos estrangeiros no país – principalmente no setor industrial do sudeste – ampliaram ainda mais a estrutura industrial da região, que passou a abastecer o mercado nacional.

Apesar de ser considerada uma atividade moderna, o Autor destaca o caráter arcaico da indústria brasileira no que se refere ao nível tecnológico e à qualidade de seus produtos. Também expõe a vulnerabilidade frente às vicissitudes do mercado externo. Nesse sentido, as indústrias subsidiárias são as únicas que, para Caio, apresentavam maior estabilidade no mercado nacional.

Por se tratar de filiais ou prolongamentos de empresas estrangeiras, as indústrias subsidiárias estavam subordinadas às organizações internacionais e dedicavam-se a etapas finais da produção. Essas indústrias instalavam-se no Brasil, atraídas pela mão-de-obra barata e desarticulada e pelos baixos impostos alfandegários.

A economia brasileira estava assim presa num círculo vicioso de que somente transformações futuras de vulto a poderiam livrar: ela se fundava e hauria suas forças precisamente naquilo que constituía sua fraqueza orgânica, a grande lavoura produtora de gêneros de exportação. Se era nesta que se baseavam a riqueza e a produtividade nacionais, era ela também, em última análise, a responsável pelas acanhadas perspectivas do país. (PRADO JR., 2004. p.199).

A presença dessas filiais evidencia o caráter desigual do desenvolvimento desse setor, pois permite a coexistência de indústrias com tecnologias mais modernas e aquelas cujo nível técnico era bastante inexpressivo – as nacionais. Além do mais, a relativa concentração da atividade industrial no centro-sul reitera o caráter regional de desenvolvimento que esteve sempre presente na história do Brasil.

5.1.7 O comércio e as relações econômicas internacionais

As condições políticas e administrativas, aliadas aos aspectos geográficos e econômicos da grande lavoura, propiciaram o monopólio do comércio colonial brasileiro aos portugueses. Salvo algumas restrições estabelecidas pela Coroa, o comércio marítimo gozava de grande liberdade. Mesmo o contrabando entre

ingleses e comerciantes portugueses, apesar de ilegal, contava com a conivência de algumas autoridades.

Não por acaso, os principais portos situavam-se nos centros mais dinâmicos da colônia, entre eles Bahia, Recife e Rio de Janeiro. O grande número de pessoas que ali viviam estimulava as importações de gêneros alimentícios de luxo e manufaturados. Além disso, a localização dos portos facilitava o escoamento dos bens primários das grandes lavouras. O comércio de escravos africanos, contudo, aparecia como a principal atividade do setor, uma vez que gerava vultosos fluxos de dinheiro.

Não se pode, no entanto, descartar o mercado interno colonial. Apesar de desprezível quanto ao montante de recursos, o comércio dos produtos de subsistência, ou mesmo os derivados da pequena indústria local, estabelecia uma gama de relações que orientava, de certa forma, parte da sociedade definida por Caio como inorgânica. Foram os produtos importados, porém que promoveram a maior movimentação do mercado interno nos centros urbanos.

Mesmo com o passar do tempo, a maior parte das atividades comerciais do século XIX no Brasil, assim como os demais setores econômicos, continuou dependente e sujeito às condições impostas pela Coroa portuguesa ainda no início da colonização brasileira.

Segundo Caio, a intensificação do comércio externo e a presença da Coroa portuguesa em solo brasileiro levaram à construção de estradas, às melhorias nos portos, projetos de higiene e urbanização dos principais pontos de produção do país, em especial na cidade do Rio de Janeiro – sede do poder monárquico. Em termos sociais, a abertura comercial trouxe a uma parte da população brasileira um novo padrão de consumo. Essa nova condição de consumo contrastava com as relações sociais ainda baseadas no trabalho escravo. São nessas contradições que, segundo Caio, embasaram-se todos os demais acontecimentos da História do Brasil.

Apesar desse crescimento econômico, havia, conforme o Prado Jr., um evidente desajuste nas contas públicas. Os constantes empréstimos que

possibilitaram a construção das infraestruturas também permitiram um aumento da dívida externa e uma grande instabilidade e dependência econômica.

Embora se conserve a estrutura anterior e fundamental que presidiu à formação e evolução colonial brasileira (...), entramos então nitidamente num período diferente do anterior. (...) Todos os desajustamentos que passamos em revista não são mais, em última instância, que reflexos e resultantes daquela contradição básica. Ela nos levará a uma evolução também contraditória: de um lado, como vimos, assistiremos à ampliação considerável das nossas forças produtivas e progresso material acentuado e rápido.(...) Mas a par daquele progresso econômico sofreremos também, como vimos, um desequilíbrio profundo que afeta todos os setores da nossa vida e que se agrava sem cessar. (PRADO JR., 2004. p.140)

De acordo com Caio, o primeiro decênio do século XX continuou apresentando um considerável crescimento econômico – resultado da combinação de fatores externos (como o liberalismo econômico e o desenvolvimento da população europeia e estadonidense) e internos (como a adoção de mão-de-obra europeia livre e assalariada e a modernização das técnicas produtivas). O advento da República também favoreceu para esse período de modernidade.

A efetiva participação das finanças internacionais foi, segundo o Autor, fundamental para o surto de modernidade que marcou o Brasil naquele período. O estabelecimento de bancos estrangeiros e os diversos financiamentos contribuíram tanto para o alargamento da produtividade e da infraestrutura territorial quanto para o crescimento da dívida externa do Brasil.

As constantes e incisivas intervenções do capital internacional e os compromissos onerosos aprofundaram as relações díspares e de dependência estabelecidos entre o Brasil e as grandes potências mundiais. O país, apesar de politicamente independente, continuou tendo sua estrutura econômica, política e social orientada pelas vicissitudes estrangeiras.

Interesses e atividades europeias não raro eram entrelaçados às atividades econômicas e administrativas da vida brasileira. E ela não lhes poderá mais tão cedo fugir. Consolidara-se uma situação de dependência que a muito se vinha

formando, mas que somente no século XIX encontrou seu equilíbrio definitivo. (PRADO JR., 2004).

Esse grande fluxo de dinheiro e o aparente período de modernização foram compreendidos por Caio como um ajuste da economia brasileira ao equilíbrio da economia mundial e não um momento de prosperidade efetiva.

Mas todo esse progresso não representará um efetivo e real passo para adiante. Ele se fará dentro dos quadros tradicionais da economia brasileira; não se terá modificado, mas apenas ajustado a um novo ritmo de crescimento, a estrutura fundamental do país. Continuará ele essencialmente produtor de uns poucos gêneros de grande expressão no comércio internacional; e esta produção repousará, em última instância, na mesma organização herdada do passado: a grande propriedade e exploração fundiária. (PRADO JR., 2004. p. 224).

O Brasil, em suma, entrou no novo cenário do capitalismo – o Financeiro – como mais um território disputado entre os vários grupos internacionais movidos pelas diversas possibilidades econômicas possíveis em uma nação em formação e repleta de recursos naturais ainda intocados. Os empréstimos concedidos ao Brasil, entretanto, acabaram de acordo com o Autor, minando a liberdade de movimento dos recursos financeiros nacional, uma vez que foram utilizados apenas como armas de penetração dessas nações na economia brasileira.

O Brasil não será mais que um dos elos da grande corrente. Que envolve o universo e mantém ligados todos os povos numa única estrutura que tem por centro diretor os grupos controladores do capital financeiro internacional. (PRADO JR., 2004. p.277).

Nesse sentido, o Brasil, assim como as demais nações subdesenvolvidas, apenas ocupou mais uma posição secundária no desenvolvimento regional diverso e combinado percebido quando considerado o contexto mundial em que o país estava inserido.

O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. (PRADO JR. ,2004. p.279).

Para Moraes, a condição de periferia na divisão internacional do trabalho aparece como uma forte ligação entre o passado colonial e o novo Estado independente. Segundo o autor, como resultado tem-se a formação de um Estado internacionalmente fraco, ou seja, com pouco poder nas relações estabelecidas com os Estados centrais. A dívida externa e a dependência financeira são apontadas por Moraes como importantes mecanismos de controle e subordinação desses estados periféricos. (MORAES, 2005).

Caio, no entanto, reconhece o caráter contraditório do imperialismo no Brasil. Ao possibilitar à vida econômica brasileira uma maior interação com o sistema internacional do capitalismo moderno, o imperialismo – ao mesmo tempo em que permitiu o aumento e a dependência econômica e tecnológica da nação – promoveu muitos momentos de progresso material e de infraestrutura.

5.1.8 O deslocamento interno no Brasil

A evolução do sistema de comunicação da colônia portuguesa acompanhou de maneira natural o processo de povoamento. Sendo assim, no início, as vias de comunicação partiram do litoral e, progressivamente, estenderam-se ao interior. Posteriormente surgiu o traçado de novas rotas que interligavam o interior ao litoral. Como resultado, segundo Caio, formou-se em toda Colônia um sistema autônomo de comunicação, em que as vias, fragmentadas, convergiam tanto para os núcleos litorâneos como para interioranos.

Entre as vias interiores, Caio distingue três importantes linhas de comunicação ao norte colonial. Apesar de levemente articuladas, as três conservavam grande autonomia: a primeira era a rede hidrográfica do Amazonas, que ocupava uma extensa área do litoral ao interior – fundamental para o povoamento da região; a segunda interligava o sertão ao litoral nordestino, por onde adentravam os primeiros sertanistas colonizadores e escoavam a produção pecuária; a terceira e última via foi estabelecida do Piauí ao Sul da colônia.

Na região central, o contato com minas auríferas era feito em três pontos principais: São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. As vias situadas entre capitânicas e a região mineira sofreram, no auge do período aurífero, uma severa fiscalização por parte do governo metropolitano.

No século XIX, no entanto, diante da decadência do ouro e a fim de abastecer o mercado carioca, a política portuguesa estimulou a comunicação entre as antigas minas e o litoral; para tanto, viabilizou as vias já existentes e criou novas vias como a dos Campos dos Goitacases e a do Rio Doce.

O último importante setor de comunicações do período colonial estabelecido no interior foi no Extremo-Sul. Apesar de consideradas as mais rudimentares do século XIX, estas vias foram utilizadas para a condução do gado e para o escoamento da erva-mate. Entre as passagens que formavam este setor, destacava-se a estrada entre São Paulo e Rio Grande – via articuladora e de grande importância não apenas para o envio de soldados às fronteiras meridionais – constantemente ameaçadas pelos castelhanos – mas também para o trânsito das bestas, principal meio de transporte e locomoção da época.

Segundo Caio, as estradas coloniais eram, em regra, clareiras abertas por entre a densa vegetação por onde transitavam apenas pedestres e animais devido as precárias condições apresentadas. Essa situação piorava nos períodos chuvosos, quando o deslocamento ocorria em meio a verdadeiros lamaçais. Poucas foram, nesse período, as passagens recobertas por calçamento. As primeiras estradas carroçáveis apareceram apenas no início do século XIX. Não existiam pontes e as travessias feitas por canoas e, nos rios mais profundos, em raras balsas.

O meio de transporte utilizado nas estradas de terra em grande parte do território era, quando possível, o carro de boi e, ao sul, veículos de quatro rodas recobertos por toldos amarrados com varas encurvadas e puxados por bovinos, os quais, em sua maioria, eram constituídos por muares do sul e cavalos do norte. Caio, contudo, afirma que apesar das precárias condições, os transportes terrestres eram bastante organizados, já que as principais riquezas colônias escoavam ao longo dessas estradas.

As vias fluviais seguiam as condições oferecidas pela natureza. Não havia alargamento ou aprofundamento dos leitos dos rios e a navegação enfrentava, constantemente, grandes obstáculos resultantes do relevo acidentado. Vale salientar que foram as rudimentares técnicas indígenas que possibilitaram a utilização dos poucos rios navegáveis.

A feição semivirgem do território criou no imaginário de grande parte da população a ideia de que sempre haveria um lugar com melhores possibilidades. Iludida por essa crença, a população brasileira seguia o sentido dado ao processo colonizatório e deslocava-se, independente das condições das vias de transporte, para as regiões que sugerissem melhores oportunidades.

O deslocamento no território brasileiro melhorou em 1808 com a chegada da corte portuguesa ao Brasil – que estimulou a construção de estradas e portos – e com o desenvolvimento da cafeicultura, que destinou vultosos investimentos às ferrovias no centro-sul. A rede de telegrafia também contribuiu para o surto de crescimento e desenvolvimento que atingiu a região em meados do século XIX. Observa-se, contudo, que a modernização das vias de circulação no sudeste reiterou o irregular desenvolvimento regional do Brasil uma vez que priorizou o centro-sul.

Como foi possível observar ao longo desse capítulo, o desenvolvimento desigual e combinado foi consequência dos interesses econômicos e políticos regionais e das particularidades históricas brasileiras. A disparidade regional abriu margem ao regionalismo uma vez que as elites, buscando manter a condição favorável em ambas as esferas de poder (local e federal), apropriaram-se das características sociais para manipular a população e barganhar recursos em alianças políticas com o governo federal. Desde então, senadores, ministros, deputados federais e outros políticos conseguiram canalizar os investimentos federais para sua região, como ocorre, por exemplo, com as práticas públicas nordestinas da atualidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Caio Prado Jr. já teve sua importância reconhecida por muitos e renomados intelectuais. Sua contribuição à historiografia brasileira fez dele um dos principais historiadores de sua época e, ainda hoje, é incontestável o interesse que desperta no meio acadêmico.

Seu valor, no entanto, não deve se restringir apenas a esse campo de estudo, também na Geografia Caio contribuiu ativamente. Foi ele que (juntamente com Pierre Deffontaines) contribuiu ativamente para a institucionalização dos estudos geográficos como Ciência. Não à toa Caio deu fundamental ênfase às características geográficas em sua produção intelectual.

Foi sua percepção espacial o que permitiu à presente dissertação apropriar-se dos elementos históricos fundamentais para compreender a formação territorial do Brasil. O Autor, ao apresentar “o sentido da colonização” formador do povo brasileiro, possibilitou verificar o aparecimento dos “atores sociais” que conceberam a formação do território nacional.

Nesse sentido, a combinação trabalho escravo e latifúndio foi apontada por Caio como a estratégia básica para a ocupação territorial brasileira. Tal arranjo, além de minar as relações políticas e sociais existentes no período colonial, mudou para sempre a condição do Estado brasileiro, pois, até hoje, é possível perceber as consequências daquele processo.

O latifúndio estabeleceu, desde o princípio da colonização, disparidades sociais, pois permitiu a formação do povo a partir de três categorias: a de senhores de terras – com todo o prestígio e o poder que essa condição lhes garantia –, a de homens livres – cuja pobreza lhes segurava uma condição de dependência social e econômica – e a dos escravos – subjugados pelo açoitado do feitor, e destinados a viver em condições desumanas.

A escravidão, por sua vez, arruinou as relações sociais ao impedir que o escravo fosse reconhecido – e se reconhecesse – como indivíduo brasileiro. Além disso, criou em parte da população livre, uma identidade apoiada na ideia de diferenciação, visto que os indivíduos pobres, reconhecendo-se como homens

livres, afastavam-se dos escravos e se aliavam aos senhores de terras. Os latifundiários, por sua vez, aproveitando essa condição, utilizaram de artifícios, como o compadrio, para aprofundar os vínculos com a população livre e a fim de ampliar o seu poder local. Dessa forma, os grandes proprietários de terras eram vistos como as principais autoridades – processo denominado por Prado Jr. como “mandonismo local”.

A condição social e política criada a partir dos artifícios de colonização originou uma população desarticulada e afastada das decisões políticas. Esse fato ficou bastante explícito quando, por conta da Independência do Brasil, foi imperativo forjar um projeto de nação. No entanto, sem a coesão social necessária, a identidade nacional foi garantida a partir do extenso, rico e coeso território brasileiro.

Durante a Monarquia, a desintegração social continuou bastante evidente. O fracasso da integração brasileira durante o período regencial aconteceu, segundo Caio, não apenas por causa da desarticulação das agitações revolucionárias, como também pela imaturidade política dos indivíduos que compunham tais movimentos.

Aproveitando esses conflitos pontuais, a aristocracia local tratou de consolidar ainda mais seu domínio político. Com a criação da Guarda Nacional, chefes políticos locais receberam a patente de Coronel, fato que reforçou o poder de mando exercido por essa figura regional. Nota-se que a criação da Guarda Nacional evidenciou o pacto existente entre o poder regional particular e poder central público, os quais tinham por objetivo comum garantir a manutenção do projeto nacional criado com a Independência.

A opção pela República Federalista como sistema político ao final do século XIX pode ser considerada um acordo territorial pelo qual os grupos locais buscavam harmonizar seus interesses às demandas gerais. Essa constante acomodação às necessidades diversas devia ser mantida pelos arranjos institucionais a fim de evitar possíveis conflitos. Ou seja, o federalismo aparece como um sistema político capaz de preservar a diversidade territorial e conciliar os objetivos antagônicos das diferentes elites regionais brasileiras.

Nesse momento, os “coronéis” formavam seus redutos eleitorais e garantiam, a partir das trocas de favores, os eleitores cativos. Ao eleger os candidatos aliados, esse líder local assegurava seu poder de barganha e garantia a obtenção de cargos no governo estadual e federal e verbas para sua região. Formava-se, assim, uma teia de poder, onde o coronel favorecia o governador; esse apoiava o presidente da República, que por sua vez beneficiava o governador, o qual, por fim, apadrinhava o coronel.

A centralização do poder e a instituição do voto secreto – que caracterizaram a Era Vargas – desarticularam a politicagem estabelecida durante a Primeira República. No entanto, a prática coronelista não desapareceu da política brasileira. Metamorfoseou-se, por certo, mas continuou presente, sobretudo, por meio do Regionalismo. As elites regionais – ao se apropriarem e introduzirem os símbolos e as características culturais da região em seus discursos – continuaram a manipular as eleições e a barganhar cargos públicos e verbas federais. Atualmente, o regionalismo coloca-se como um obstáculo para importantes reformas governamentais. As trocas de favores não raro fazem das instituições públicas de poder verdadeiros “cabides de empregos”.

A forte presença das bases materiais brasileiras nas análises caiopradianas admitiu compilar a essência do desenvolvimento econômico do Brasil e a contradição arcaico/moderno – presente ainda hoje no território nacional.

O caráter mercantil que orientou a política colonizatória portuguesa – compreendido por Caio a partir do “sentido da colonização” –, associado à forte relação de dependência comercial externa do Brasil, conduziu a organização territorial de maneira dispersa e desintegrada, priorizando o desenvolvimento das regiões de acordo com os interesses econômicos externos.

Não à toa, a metrópole portuguesa voltou seus esforços para o desenvolvimento da atividade açucareira no nordeste colonial. Nesse primeiro momento, as demais regiões foram deixadas em segundo plano. Todas as atenções se voltaram para criar condições mínimas de produção e escoamento do açúcar nordestino. Mesmo sendo o açúcar a principal atividade econômica da

colônia, as relações sociais e as tecnologias empregadas eram uma mistura de moderno e arcaico.

Mesmo as atividades nomeadas por Caio como “atividade de subsistência” não foram suficientes para homogeneizar o processo de formação territorial do Brasil. Isso porque eram desenvolvidas por técnicas bastante rudimentares e o geravam lucros irrisórios, incapazes de possibilitar qualquer desenvolvimento das relações comerciais.

O território brasileiro foi, dessa forma, marcado pela coexistência combinada de elementos derivados de épocas distintas da História de sua formação, combinando aspectos modernos com realidade arcaica. Essa combinação na formação do Brasil aprofundou ainda mais as disparidades regionais, uma vez que a ascensão de uma região significava, necessariamente, a decadência de outra.

Com a descoberta do ouro nas províncias centrais, a Coroa portuguesa desviou rapidamente sua atenção do nordeste açucareiro para o Centro-sul. Explorar de maneira eficiente esse recurso mineral tão valioso e por tanto tempo procurado passou a ser, então, o objetivo central da colonização. A atividade mineradora promoveu não apenas a transferência do centro econômico e político do Nordeste para o Sudeste, como também aumentou os investimentos em infraestruturas no centro-sul e a influência de sua elite no poder central. Essa política permaneceu com a retomada das atividades agrícolas do século XIX, quando SP e RJ tornaram-se, com a produção do café, centros econômicos do Brasil.

O desenvolvimento da lavoura cafeeira permitiu principalmente à elite paulista o domínio sobre o governo federal. Dessa maneira, as políticas federalistas, no início da República, canalizaram os maiores investimentos aos estados do sudeste, aprofundando ainda mais as disparidades regionais.

Nota-se, portanto, que a competição historicamente imperfeita aprofundou as desigualdades regionais e, nesse contexto, atribuiu à atividade política regional – baseada em barganhas e trocas de favores – a possibilidade de reivindicar e obter decisões favoráveis aos grupos sociais de suas regiões.

7. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. As rebeliões do período regencial. In: D'INCAO, Maria Ângela (org). **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma re(visão) historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Rio Claro: UNESP, 1996.

BONAVIDES, Paulo. Federalismo Regional num país periférico. In: **Constituição e Democracia: estudos em homenagem ao Professor J.J.Gomes Canotilho**. São Paulo: Malheiros, 2006. Disponível em: <<http://www.area.us.es/cidc/ponencias/federalismo/paulobonavides.pdf>> Acesso em: 28/06/2011.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras: 1992

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930 – 1970**. 3.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CARONE, Edgard. Coronelismo: definição histórica e bibliográfica. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro. jul/set 1971.

CARVALHO, José Murilo. Fundamentos da Política e da Sociedade Brasileira. In: AVELAR, Lúcia.; CINTRA, Antônio Octávio. (org). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão Conceitual. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Robert Lobato (org). **Geografia: Conceitos e Temas.**, 10.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Robert Lobato (orgs). **Explorações Geográficas: percursos no fim do Século**, 3.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CASTRO, Iná Elias. Solidariedade Territorial e representação. Novas questões para o pacto federativo nacional. **Revista Território**, v.1 n.2, 1997. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomic a/Ordenamientoterritorial/511.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2011.

_____. Visibilidade da Região e do Regionalismo. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (org). **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 2.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Valeriano. Federalismo. In: AVELAR, Lúcia.; CINTRA, Antônio Octávio. (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

COSTA, Wanderlei Messias de. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 8.ed., São Paulo: Contexto, 1998.

DIAS, M. O. L da S. Impasses inorgânicos. In: D'INCAO, Maria Ângela (org). **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Junior**. Editora Brasiliense, 1989, São Paulo.

D'INCAO, Maria Ângela (org). **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Junior**. Editora Brasiliense, 1989, São Paulo.

DINIZ FILHO, Luís Lopes & BESSA, Vagner de Carvalho. Território e Política: as mutações do discurso regionalista no Brasil. **Revista Estudos Históricos**. v.8, n.15, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index/reh/article/viewarticle/1999>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

EGLER, Cláudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Robert Lobato (org) - **Geografia: Conceitos e Temas**. 10.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FARIAS. Francisco Pereira de. Clientelismo e Democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Revista de Sociologia e Política** n.15, p.49-65. Novembro de 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a04n15.pdf> Acesso em: 14 de junho de 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12.ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Obra de Caio Prado nasce da Rebeldia Moral. Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 set.1991. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/florestan11.htm> Acesso em 29 jul. 2010.

FIGUEIREDO, J. R. **Modos de ver a produção do Brasil**. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4.ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

FREIRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o regime da Economia Patriarcal**. 50.ed., São Paulo: Global, 2005.

_____. **Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado e Desenvolvimento do Urbano**. 14.ed., São Paulo: Global, 2003.

_____. **Ordem e Progresso**. 6.ed., São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso . **Formação Econômica do Brasil**, 12.ed., São Paulo: Editora Nacional, 1974.

GASPAROTO, Jayme Wanderley. Militância. In: D'INCAO, Maria Ângela (org). **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

HENRIQUES, Luiz Sérgio. Caio Prado Jr e o PCB: encontros e desencontros. **Revista eletrônica Gramsci e o Brasil**. 2002. Disponível em: <<http://acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=146>> Acesso em: 25 abr. 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 6.ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. A dialética da História. In: D'INCAO, Maria Ângela (org). **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

IANNI, Octávio. **O Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IGLÉSIA, Francisco. **História Geral e do Brasil**. 2.ed.,. São Paulo: Ática, 2002. (Série Fundamentos).

IGLÉSIA, Francisco (org). **Caio Prado Junior: História**. São Paulo: Ática, 1982.

IUMATTI, Paulo; HEIDEMANN, Heinz Dieter; SEABRA, Manoel. (org). **Caio Prado e a Associação Dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: EDUSP, 2008.

IUMATTI, Paulo. **Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

_____. **O nacionalismo na Atualidade Brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (org). **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2.ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

MACHADO, Lia Osório. Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de origem (1870-1930). Marrocos, 1994. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Robert Lobato (org). **Geografia: Conceitos e Temas**. 10.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

MARTINEZ, Paulo. **A Dinâmica De Um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)**. São Paulo, EDUSP, 2008.

MELLO, Jayro Gonçalves. A Questão da ruptura na Historiografia Brasileira. In: D'INCAO, Maria Ângela (org). **História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MELLO, Osvaldo Ferreira de. **Tendências do Federalismo no Brasil**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1978.

MELO, Jayro Gonçalves. **O Nacional em Caio Prado Júnior**. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo: 1987.

_____. O economicismo em Caio Prado Júnior. **Novos Estudos Cebrap**. n.18, São Paulo, 1987.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Márcio. **Conversas com Historiadores Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MORENO, Nahuel. Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa na América Latina. In: NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

NEGRO, Antônio Luigi. Paternalismo, Populismo e História Social. **Caderno AEL**. v.11, n.20-21, 2004. Disponível em: <<http://segall.ifch.unicamp.br/publicaco>>. Acesso em 05 de out. de 2010.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

NOVAIS, Fernando (coord). **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando (coord). **História da Vida Privada no Brasil: Império: A Corte e a Modernidade Nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando (coord). **História da Vida Privada no Brasil: República - Da Belle Époque à era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOVAIS, Fernando. **Aproximações: ensaios de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PEREIRA, J. V da C. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. de. (org). **As Ciências no Brasil** São Paulo: Melhoramentos, 1955.

PETRONE, Pasquale. Geografia Humana. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. **História das Ciências no Brasil**. v.3, São Paulo: EDU/EDUSP, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord). **Trabalho Escravo, Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. 23.ed., 12.reimp., São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

_____. **Evolução Política do Brasil – Colônia e Império**. 21.ed., 6.reimp., São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

_____. **História Econômica do Brasil**. 46.ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____. **Evolução Política do Brasil e outros estudos.** 12.ed., São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **A questão Agrária no Brasil.** 2.ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

_____. **Diretrizes para uma política econômica brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1954.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** Maria Cecília França (tradutora). São Paulo: Ática, 1993.

RÊGO, R. M. L. Caio Prado Júnior: Sentimento do Brasil. In **Revista USP.** Nº 38, São Paulo, 1998.

REIS, Fábio Wanderley. Os desafios à democracia brasileira. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2004

REIS, João Carlos. **As Identidades do Brasil – De Varnhagen a FHC.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. ANOS 1960: Caio Prado Júnior. A reconstrução crítica do sonho de emancipação e autonomia nacional. In: REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Junior e a Nacionalização do Marxismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Caio Prado Júnior: O Primeiro Marxista Brasileiro. **Revista USP.** Nº 38, São Paulo, 1998.

ROSS, Jurandy Luciano Sanches (org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4.ed., 3.reimp., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Júnior na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e Urbanização Brasileira. In: ROSS, Jurandy L. S. (org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SECCO, Lincoln. **Caio Prado Jr. O Sentido Da Revolução**. São Paulo, Editora BOITEMPO, 2008.

SILVA, Ricardo Oliveira. Intelectuais, política e cultura: uma breve análise sobre Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães no PCB. **Revista Espaço Acadêmico**. N.83., Ano VII., Abril de 2008.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Desigualdade Regional do Desenvolvimento: Um enfoque histórico**. Disponível em: <<http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/dimensoes9mariadapenhasmarzarosiqueira.pdf>> Acesso em: 06 de Setembro de 2010.

SOUZA, M. A. A. de. Regionalização: Tema Geográfico e Político – O Caso Paulista. **Boletim Paulista de Geografia**. n.50, Março, 1976.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa;

CORRÊA, Robert Lobato (org). **Geografia: Conceitos e Temas.**, 10.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SZMRECSÁNYI, Maria Irene. Contribuição ao estudo da urbanização no Brasil. In: D'INCAO, Maria Ângela (org). **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Junior.** Editora Brasiliense, 1989, São Paulo.

VICTORIANO, Márcia R. **A questão nacional em Caio Prado Jr.: uma interpretação original do Brasil.** São Paulo: Edições Pulsar, 2001.

WIDER, M. C. **Caio Prado Jr. – Um intelectual irresistível.** São Paulo: Brasiliense, 2007.